



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**JOSELMA DE LOURDES DA SILVA LIMA**

**AS DIFERENTES FORMAS DE APRENDER: O USO DOS JOGOS ELETRÔNICOS  
FACILITANDO O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO EDUCANDO  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**CAMPINA GRANDE – PB  
MAIO/2016**

**JOSELMA DE LOURDES DA SILVA LIMA**

**AS DIFERENTES FORMAS DE APRENDER: O USO DOS JOGOS ELETRÔNICOS  
FACILITANDO O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO EDUCANDO  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena  
em Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba, em cumprimento à exigência para  
obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO**

**CAMPINA GRANDE-PB  
MAIO/2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L372d Lima, Joselma de Lourdes da Silva  
As diferentes formas de aprender [manuscrito] : o uso dos jogos eletrônicos facilitando o processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência intelectual / Joselma de Lourdes da Silva Lima. - 2016.  
63 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, Departamento de Educação".

1. Tecnologia Educacional 2. Jogo Eletrônico 3. Prática Pedagógica 4. Deficiência Mental I. Título.

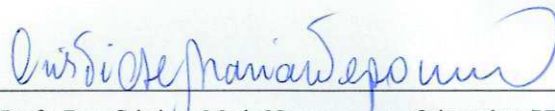
21. ed. CDD 371.334

**JOSELMA DE LOURDES DA SILVA LIMA**

**AS DIFERENTES FORMAS DE APRENDER: O USO DOS JOGOS ELETRÔNICOS  
FACILITANDO O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO EDUCANDO  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

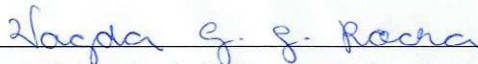
Aprovada em 31 de maio de 2016



Prof. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno - Orientadora/UEPB



Prof. Dra. Elisabete Carlos do Vale - Examinadora/UEPB



Prof. Dra. Vagda G. Gonçalves Rocha - Examinadora/UEPB

Dedico a minha mãe grande incentivadora dos meus estudos. A meu esposo, pela paciência e tolerância nos momentos difíceis. A meu filho amado fonte de luz em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho muitas foram às pessoas que deram sua contribuição, apoiaram-me e ajudaram a chegar até este momento. Não podendo jamais de esquecê-las:

Deus fonte de refúgio, força e fé em todos os meus dias de dificuldades e alegrias, somente Ele, luz capaz de guiar meus caminhos.

À minha família em geral, por todas as contribuições, se não fossem por vocês acreditarem em mim e na minha vontade de ter um futuro melhor, talvez na primeira angústia eu tivesse desistido.

A Universidade que escolhi para cursar o Curso de Licenciatura em Pedagogia, por acreditar ser uma das melhores, na qual adquire grandes ensinamentos.

À minha Orientadora, Professora Cristiane Nepomuceno, por ter aceitado apoiar-me nesta fase final da graduação, pelos seus valiosos e sábios ensinamentos durante todos os dias aos quais estive na UEPB. Vivemos momentos marcantes dentro deste ambiente estudantil, que nada poderá apagar da minha mente e do meu coração o grande exemplo de força e determinação que ela tem.

À queridos Educadores do Curso de Pedagogia, que tanto conhecimento me transmitiram e que em muitos momentos difíceis estiveram ao meu lado, aos quais tenho tamanha admiração, sempre me lembrarei de todos vocês: Marinalva Mota, Vandemberg, Patrícia Aragão, Graça Ferreira, Lúcia Serafim, entre outros.

Às minhas companheiras de turma 2008.1, passamos por muitas coisas durante a caminhada, muitas risadas, choros, alegrias, estudos difíceis, mas sempre estivemos unidas, agradeço ao ganho de quatro amigas de coração, amo muito vocês: Ana Paula Oliveira, Cassia Cristina do Nascimento, Ionath Iamara Silva Santos e a Marcicleide da Silva Araújo.

A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Campina Grande – APAE-CG, instituição ao qual realizei a pesquisa, pelo carinho e atenção na qual fui recebida, desde a recepcionista até a equipe da direção.

Agradeço, de forma especial, as educadoras Cleonice Oliveira e Telma Maria, pelo exemplo que são. É extremamente apaixonante e contagiante está no ambiente do laboratório e ver a dedicação e o amor que demonstram no olhar e no falar, no esforço, na fé, e principalmente na certeza do aprender que vocês demonstram por aquelas crianças, jovens e adultos. De forma, que a cada dia se eu pudesse queria está ali do lado de vocês transmitindo e absorvendo do mesmo conhecimento.

Pelos momentos de descobertas e aprendizagem no laboratório de informática com os alunos com deficiência intelectual.

Agradeço a Todos de forma fraterna!

-[...] O que é o falar sem o ensejo e o desejo de nos comunicarmos uns com os outros? O que é o andar se não podemos traçar nossos próprios caminhos, para buscar o que desejamos, para explorar o mundo que nos cerca? O que é o aprender sem uma visão crítica, sem viver a aventura fantástica da construção do conhecimento? E criar, aplicar o que sabemos, sem as amarras dos treinos e dos condicionamentos? Daí a necessidade de um encontro da tecnologia com a educação, entre duas áreas que se propõem a integrar seus propósitos e conhecimentos, buscando complementos uma na outra|| .

MANTOAN (2005)



## RESUMO

Este trabalho se propõe a apresentar algumas considerações acerca do uso dos jogos eletrônicos (software educacionais) na educação de pessoas com deficiência intelectual a fim de investigar como as professoras da instituição estavam se apropriando em suas práticas do uso dos jogos eletrônicos no processo de ensino-aprendizagem. O lócus da pesquisa foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande-PB (APAE-CG). Os sujeitos da pesquisa foram a coordenadora pedagógica e professoras do laboratório de informática. A metodologia utilizada para a coleta de dados contou com entrevistas semiestruturadas e registros de observação. O estudo fundamentado por uma pesquisa bibliográfica buscou suporte teórico (BIANCHETTI, 1995), (RODRIGUES, 2008), (GUGEL, 2008), (MIRANDA, 2003), dentre outros. Na APAE-CG o computador, os softwares educacionais, a tecnologia integrada às mídias eletrônicas ou apenas o uso da internet, estão promovendo resultados significativos, pois tanto tem ampliado a oferta do conteúdo didático quanto facilitado o processo de ensino/aprendizagem; ao mesmo tempo em que promovem maior interatividade, comunicabilidade, adaptabilidade e integração entre seus usuários. Observamos que a grande contribuição dos jogos eletrônicos (software educacionais) no contexto da educação especial está no seu uso como ferramenta de aprendizagem facilitadora do ensino-aprendizagem, todavia desde que seu uso seja orientado por uma proposta pedagógica que considere o educando como um -construtor-colaborador|| do seu próprio processo de conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação e Tecnologia. Jogos Eletrônicos. Prática Pedagógica. Educando com Deficiência Intelectual.

## ABSTRACT

This paper aims to present some considerations about the use of electronic games (educational software) in the education of people with intellectual disabilities in order to investigate how the teachers of the institution were appropriating in their use of electronic games practices in the teaching process learning. The locus of the research was the Association of Parents and Friends of Exceptional Children of Campina Grande-PB (APAE-CG). The research subjects were the pedagogical coordinator and computer lab teachers. The methodology used for data collection included semi-structured interviews and observation records. The study based on a literature review sought theoretical support (BIANCHETTI, 1995) (RODRIGUES, 2008), (Gugel, 2008) (MIRANDA, 2003), among others. In APAE-CG computer, educational software, integrated technology to electronic media or just use the Internet, are producing important results, because both have extended the offer of educational content and facilitated the teaching / learning process; while promoting greater interactivity, communicability, adaptability and integration among its members. We note that the great contribution of electronic games (educational software) in the context of special education is in its use as a learning tool facilitating the teaching-learning, but since its use is guided by a pedagogical proposal that considers the student as a -construtor - colaborador|| of their own knowledge process.

**KEYWORDS:** Education and Technology. Electronic games. Teaching Practice. Educating with Intellectual Disabilities.

## LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 - Logomarca da Federação Nacional das APAEs .....	31
Figura 2 - Laboratório de Informática da APAE-CG .....	37
Figura 3 - Computadores já com defeitos .....	37
Figura 4 - <i>Printscreen</i> do Menu dos jogos do <i>Soft</i> Educacional Mimoca .....	38
Figura 5 - Aula de Informática com softwares .....	39
Figura 6 - Temas abordados no projeto Jovens Conectad@s .....	41
Figura 7 - Imagens dos Jovens Conectados da APAE-CG .....	41
Figura 8 - Imagens dos Jovens Conectados da APAE-Fortaleza .....	41
Figura 9 - Atividade de matemática - Software Mimocas .....	47
Figura 10 - Página de Login do Facebook.....	47
Figura 11 - Programa TuxPaint .....	48
Figura 12 - Software educacional do Caça-Palavras .....	48
Figura 13 - Página do Software Hq .....	48
Figura 14 - Página do Software Turma da Mônica .....	48

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>I - DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: BREVE HISTÓRIA E CONCEPÇÕES</b>	
1.1 - Legislação e Educação .....	17
1.2- O Educando com Deficiência Intelectual no Século XXI aprendendo com a Tecnologia Educacional .....	22
<b>II – EDUCANDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES</b>	
2.1 - O percurso metodológico: caminhos trilhados .....	27
2.2 - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande-PB: o contexto da pesquisa .....	28
2.3 - Os serviços prestados na APAE-CG .....	31
2.4 - Ação Pedagógica .....	33
<b>III - APRESENTANDO OS RESULTADOS: A ESTRUTURA E O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO NO LABORATÓRIO INFORMÁTICA DA APAE-CG</b>	
3.1 - O Laboratório de Informática: estrutura e funcionamento .....	36
3.2 - As Profissionais que atuam no Laboratório de Informática .....	42
3.2.1 - As Falas das Professoras .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	50
<b>REFERÊNCIAS</b>	52
<b>APÊNDICES</b>	57

## INTRODUÇÃO

O processo de inserção dos laboratórios de informática na escola vem ao longo das últimas décadas promovendo mudanças significativas nos modos de ensinar e aprender. Com o passar dos anos ultrapassamos o limite do mero uso técnico para converter-se em relevante recurso pedagógico, estratégia facilitadora do processo de ensino-aprendizagem à medida que permitia a ampliação das possibilidades e formas de intercomunicar-se. Promoveu mudanças nas práticas, nas metodologias, nas relações e na forma de relaciona-se com a aquisição do conhecimento.

No caso do processo de ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual, a tecnologia digital alcança um patamar de maior significância, a ponto de ser considerada por muitos especialistas uma aliada indispensável para o sucesso da inclusão no âmbito educacional. Do uso das redes de comunicação digital ao uso dos softwares educativos, o processo de ensino-aprendizagem tornou-se espaço de inserção dos novos recursos educacionais, em algumas situações muito mais eficazes na transmissão e acesso ao conhecimento, como na situação dos educandos com deficiência intelectual à medida que contribuía para promoção de um aprendizado qualitativo, viabilizando o seu desenvolvimento cognitivo e facilitando a inclusão escolar e social.

A proposta que orientou esse estudo surgiu a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC), coordenado pela Prof<sup>a</sup> Cristiane Nepomuceno, do qual participei na condição de aluna-pesquisadora por 02 (dois) anos. A pesquisa de iniciação científica estava ligada a um projeto de pesquisa maior financiado por um programa interno de fomento à pesquisa da UEPB, o PROPESQ (I Edital do Programa de Pesquisa). A pesquisa PROPESQ tinha como objeto de estudo o programa de Formação Docente na modalidade Educação a Distância da UEPB, com recorte para o curso de Geografia e objetivava verificar as mudanças ocorridas na atuação dos profissionais -formados|| a partir do uso das tecnologias digitais.

Desse modo, a discussão sobre os resultados da inserção da tecnologia no espaço educacional, gradativamente foi conduzindo a outras discussões até chegarmos as Tecnologias Assistivas (TA) e de sua contribuição para a vida das pessoas com deficiência. E foi exatamente dessa discussão que surgiu a proposta desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, este trabalho se propõe a apresentar algumas considerações acerca do uso dos jogos eletrônicos na educação de pessoas com deficiência intelectual, especificamente a contribuição no processo de ensino-aprendizagem dos mesmos. Os resultados que serão apresentados nesse trabalho derivam de uma pesquisa realizada em uma instituição de apoio às pessoas com deficiência na cidade de Campina Grande - PB: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE - CG). Em linhas gerais, objetivava investigar como as professoras da instituição estavam se apropriando em suas práticas do uso dos jogos eletrônicos no processo de ensino-aprendizagem.

Metodologicamente, estudo pode ser caracterizado como de natureza qualitativa, sobretudo exploratória e descritiva, estruturada por coleta e sistematização dos dados. Desse modo, esse estudo tomou como base os tipos mais comuns e mais utilizados para uma pesquisa monográfica: pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, mesmo que esta não apresente a profundidade devida. Para coletar os dados na pesquisa de campo, as técnicas utilizadas foram: observação e entrevistas semiestruturadas e não-estruturadas ou abertas. A observação direta foi a técnica utilizada por ser a mais interativa e por ser a que melhor permitiria a pesquisadora estabelecer uma relação de maior proximidade com os personagens (professoras e usuários da APAE - CG) e o campo de estudo. As entrevistas ocorreram ao longo de 15 (quinze) dias, do ano de 2012 e a observação direta entre os meses de abril a junho do mesmo ano.

Os resultados da nossa pesquisa serão aqui apresentados divididos em três capítulos: o primeiro capítulo trás uma breve discussão histórica e conceitual acerca da deficiência intelectual relacionada aos aspectos legais e a educação. O segundo capítulo apresenta a tipologia da pesquisa, os procedimentos metodológicos e apresenta o campo de estudo. E o Terceiro capítulo trás os resultados da pesquisa de realizada no Laboratório de Informática da APAE - CG.

Consideramos que o resultado desse estudo ajude no esclarecimento de algumas dúvidas e ao mesmo tempo fornece algumas pistas em relação ao que pode efetivamente ser feito na educação da pessoa com deficiência intelectual. Que nosso estudo consiga mostrar como, dentro das possibilidades, as nossas escolas possam tornar-se minimamente inclusivas.

## I- DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: BREVE HISTÓRIA E CONCEPÇÕES

*Jesus subiu numa barca, passou para a outra margem e chegou à cidade. Nisso, levaram a ele um paralisado deitado numa cama. Vendo a fé que eles tinham, Jesus disse ao paralisado: “Coragem, filho! Os seus pecados estão perdoados”.*

(MATEUS, 9,1-7)

Ao longo da história da humanidade as deficiências foram vistas como deformações que denunciavam as imperfeições humanas, razão pela qual muitas vezes eram relacionadas aos castigos de Deus. As pessoas com deficiência, vítimas de concepções equivocadas, tiveram suas existências marcadas: preconceitos, desrespeito, abandono, perseguição e até mesmo a negação do direito de existir. Diz-nos Pessotti (apud MIRANDA, 2003) que o tratamento destinado à pessoa com deficiência variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido.

Na Grécia Antiga, por exemplo, em Esparta as crianças que ao nascer apresentavam alguma deficiência eram abandonadas ou jogadas em um precipício. Isto ocorria em decorrência da valorização do corpo, da estética e da dança, sem contar a obrigatoriedade das mulheres terem filhos fortes para serem guerreiros. Já em Atenas percebe-se uma mudança: a valorização deixou de ser do corpo e passou a ser da alma. O deficiente não mais seria morto, agora sim estigmatizado, condenado pelo simples fato da sua condição física ser diferente das outras pessoas (BIANCHETTI, 1995).

Na Roma Antiga, as leis locais davam apoio aos pais para matar as crianças que tivessem alguma deformidade física, no entanto, muitos não tinham coragem de livrar-se dos seus filhos e os largavam em rios ou nas cidades, muitas destas crianças eram exploradas por pessoas de má índole ou passavam a fazer parte de circos, onde eram oprimidos a partir das diferenças físicas que apresentavam (GUGEL, 2008).

Com a ascensão do Grande Império Romano e o surgimento do Cristianismo, muitas dessas práticas atroztes foram abolidas, a nova religião combatia as maldades feitas com pessoas ou crianças com deficiência. Outra questão a ser ponderada, como havia um número considerável de soldados que voltavam da guerra com enormes ferimentos, aos quais era preciso amputar seus membros, estabeleceu-se uma maior preocupação com os deficientes físicos, inclusive foi nesta época que surgiram os primeiros hospitais de caridade para propiciar um melhor atendimento aos deficientes (GUGEL, 2008).

No século XVI o médico Suíço Paracelso (1493-1541), bastante reconhecido na área de filosofia e alquimia, modernizou o pensamento da época, acreditando que a deficiência mental não era algo diabólico, mas um problema médico, digno de tratamento e complacência. O século XVII, o filósofo John Locke (1632 - 1704) definiria o recém-nascido e o idiota como uma *-tabula rasa*|| , ou seja, uma folha de papel em branco, pronta para ser escrita. Acreditava que a deficiência era uma carência de experiências e assim o ensino supriria essa carência (RODRIGUES, 2008).

Todavia foi nos primórdios do século XIX que os avanços mais significativos foram feitos. Graças aos estudos do médico francês Jean Marc Itard<sup>1</sup> grandes descobertas para a área da Psicologia Moderna e Educação Especial. A partir do trabalho com um menino encontrado vivendo como animal numa floresta na França, o médico observou o menino, aparentemente retardado, poderia ser tratado e tornar-se capaz de aprender<sup>2</sup> (RODRIGUES, 2008).

Ao longo do Século XIX as pessoas com deficiências passaram a ser tratadas por organizações separadas. Essas instituições eram de assistência, tratamento e estudos, para que houvesse melhor atendimento e menos gastos (WALBER; SILVA, 2006). Para Rosado (2009) é neste período que são criadas no Brasil escolas: para deficientes visuais: -Imperial Instituto dos Meninos Cegos|| ( Rio de Janeiro, 1854); para deficientes auditivos: -Imperial Instituto dos Surdos-Mudos|| ( Rio de Janeiro, 1857). Segundo Jannuzzi; Mazzotta (apud MENDES, 2010), para os deficientes -mentais|| : -Hospital Juliano Moreira|| (Bahia, 1874).

Com o passar do tempo às concepções de deficiência -mental|| variaram muito, dependendo do momento vivido pela sociedade. De modo geral, o conceito de deficiência mental passou a reunir diversos tipos de casos de crianças que tinham em comum o fato de apresentarem comportamentos que divergiam daqueles esperados pela sociedade e conseqüentemente pela escola (MIRANDA, 2003).

---

<sup>1</sup>Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), foi médico e psiquiatra que ganhou destaque na história da psiquiatria do século XIX por ter sido responsável pelo tratamento de uma criança considerada retardada. A criança, por nome ele nomeada de Victor, foi -achada|| na Floresta de Caune e levada para a Paris, para que pudesse receber cuidados médicos. Foi entregue à Itard de quem recebeu os cuidados por ele considerados adequados. Conferir IN: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografiasjeanltar.html>. Capturado em 23 de janeiro de 2014.

<sup>2</sup>-O Dr. Itard havia lido Locke e Condillac o suficiente para estar convencido de que a maioria das idéias que um homem possui não são inatas e sim adquiridas pela experiência. E acreditava que a mente aparentemente frágil do menino de Aveyron havia sido caudada pela ausência prolongada do convívio humano e que a sua ausência de linguagem poderia ser curada por um professor com paciência e conhecimentos de epistemologia. Itard pediu para cuidar do menino. Ele havia sido designado médico do novo instituto de surdos em Paris e pediu para lá levar o Victor para ser civilizado e, o que é mais interessante para nós, para aprender o francês. A permissão foi concedida e Itard trabalhou com o menino, a quem deu o nome de Victor, durante cinco anos. Itard não teve sucesso em ensinar o menino a falar, mas obteve considerável sucesso em ensiná-lo a compreender a língua, especialmente ler palavras e frases simples.|| Conferir IN: <http://pedromangabeira.blogspot.com.br/2013/07/jean-itard.html>. Capturado em 10 de junho de 2014.



As mudanças qualitativas em relação à deficiência mental só veriam a acontecer em 1876 com a fundação da American Associationon Mental Retardation - AAMR<sup>3</sup>. Orientada por uma nova concepção, adotou uma compreensão multidimensional, funcional e bioecológica de deficiência mental, em 2002 (CARVALHO; MACIEL, 2003). Em 2006 membros da Associação votaram em mudar o nome da organização: American Associationon Intellectualand Development Disability - AAIDD, traduzida para o português como Associação Americana de Desenvolvimento de Habilidades Intelectuais - AADHI (SOUSA, 2011). Todavia, o termo -Deficiência Intelectual|| só apareceria pela primeira vez oficialmente na -Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual|| em 2004 (RIZZINI; MENEZES, 2010). Ao longo do tempo, a pessoa com deficiência intelectual já foi denominada de oligofrênica, cretina, imbecil, idiota, débil mental, mongolóide, retardada, excepcional e deficiente mental. A expressão -deficiência intelectual|| significa que há um déficit no funcionamento do intelecto, mas não da mente (JÚNIOR, 2010).

Na primeira década do século XX, surgem as escolas Montessorianas, onde se desenvolvia trabalhos com deficientes mentais. Tomando por base os estudos e experiências de Itard e Séguin,<sup>4</sup> Maria Montessori criou um método de trabalho que partia do concreto rumo ao abstrato, tomando por base a observação. Montessori enfatizava que as crianças aprendiam melhor pela experiência de procura e descoberta. Desenvolveu materiais didáticos simples, atraentes e delineados para provocar o raciocínio. O método de Montessori auxiliava todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem (SHIMAZAKI, 2006; RODRIGUES, 2008).

No caso do Brasil as mudanças significativas ocorreram com a criação da Sociedade Pestalozzi em 1932, Belo Horizonte (SILVEIRA; DRAGO, 2010). Seu regulamento previa um aparato de proteção para as crianças consideradas -anormais|| , como: auxílio às classes especiais dos grupos escolares da capital e do interior; organização de cursos, de conferências, de exposições, o estabelecimento de um centro de informações, pesquisas médicas,

---

<sup>3</sup> A American Associationon Mental Retardation (AAMR), como citada acima está sediada em Washington, é uma instituição de fundamental importância para as pesquisas na área de deficiência intelectual, com o sistema adotado em 2002 propôs princípios básicos para definição de deficiência mental, diagnóstico, classificação e planificação de sistemas de apoio, incluindo as dimensões intelectual, relacional, adaptativa, organicista e contextual. Conferir IN: <http://www.ned.ufsc.br/textos/Texto%2011%20-%20CARVALHO%20&%20MACIEL.pdf>. Capturado em 20 de setembro de 2013.

<sup>4</sup> Édouard Séguin (1812-1880) - médico francês, seguidor de Jean Marc Itard, julgou que o idiotismo resultava de perturbações no desenvolvimento mental. Trabalhou com crianças deficientes mentais, utilizando brinquedos, materiais concretos e atividades manuais, com vistas ao desenvolvimento da capacidade imaginativa e de análise dessas crianças. Foi formador de professores para a educação desse alunado (Lancillotti, 2012).

antropológicas e psicológicas; criação de internatos e semi-internatos (Sociedade Pestalozzi apud RAFANTE, 2014).

Em 1954 foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, a primeira do gênero no Brasil, sediada na cidade do Rio de Janeiro. A fundação se deu por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual, que conseguiu reunir um grupo, de pais, amigos, professores e médicos de excepcionais. Com caráter filantrópico e caritativo, desde a sua criação identifica-se um trabalho voltado para a área de educação e reabilitação, com uma equipe muito bem estruturada de pedagogos, médicos, fisioterapeutas (MACHADO; NAZARI, 2012). A sede foi instalada na Sociedade Pestalozzi, sendo criadas duas classes especiais atendendo a cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil (Manual de Pais e Dirigentes da APAE, 2006).

É interessante ressaltar que algumas pesquisas feitas na área relatam o uso da tecnologia para a alfabetização de pessoas com deficiência mental em 1960. Trata-se de uma proposta de um ensino programado que era desenvolvido por meio da tecnologia educacional, com a presença automática de um -filme tutor|| , usado em filmes projetados em 8 mm, que ligavam automaticamente quando o aluno escolhia uma letra na máquina de datilografia. Esse programa de instrução tecnológica pode ser considerado avançado e promissor porque ensinava, por meio da visualização, palavras para as pessoas de vários níveis de deficiência mental (SHIMAZAKI, 2006).

No decorrer do Século XX vários movimentos impulsionaram campanhas nacionais, em 1960 houve uma grande Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME, na qual teve influência da Sociedade Pestalozzi e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, foi orientada por membros do Ministério da Educação, sua prioridade era a cooperação técnica e financeira dada às atividades de educação e reabilitação de crianças -retardadas|| (Jannuzzi apud ROSADO, 2009).

Rosado (2009) descreve que a partir das mudanças ocorridas através das campanhas nacionais, em 1973 foi criado na cidade do Rio de Janeiro o primeiro órgão central responsável pelo atendimento aos deficientes no Brasil: Centro Nacional de Educação Especial – CENESP tinha como finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial, do pré-escolar até o ensino superior e supletivo, em todo o território nacional, eliminando assim as campanhas nacionais.

Ainda de acordo com Rosado (2009), diante de novas modificações a CENESP passou a ser Secretaria de Educação Especial – SEESP, passando por outras nomenclaturas depois desta, até que em 1992 com uma reorganização dos Ministérios ressurgiu novamente a Secretaria de Educação Especial – SEESP.

O século XXI chegaria para dar uma nova guinada para as pessoas com deficiência mental. A propositura de leis mais oportunas, com movimentos eficazes em relação ao respeito, direito e deveres das pessoas com deficiência na sociedade dando a eles a oportunidade de serem vistos como cidadãos participativos no ambiente ao qual estão inseridos. É sobre esse processo que iremos tratar no item a seguir.

### **1.1- Legislação e Educação**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948, no seu artigo I assegura que todas as pessoas nascem livres e iguais sem distinção nenhuma de raça, cor, sexo ou religião são sujeitos deste meio e devem ser aceitos nele, sem que haja nenhuma discriminação com sua condição física ou mental. Depois de passados 40 anos imaginava-se que alguma mudança tivesse ocorrido, no entanto, foi inevitável que ao criar a Constituição de 1988, novamente um artigo viesse reforçar a condição que o ser humano deve ter, principalmente na educação. No Art.205:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Estado assim tem por obrigação possibilitar condições para permanência da pessoa na escola, como também dar o direito de um atendimento especializado para aquelas pessoas com necessidades especiais. O Artigo 8º da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, nos apresenta que

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem [...] (UNESCO, 1990).

A educação é a porta de entrada para a construção de valores, no qual o respeito pelo outro é prioridade, a aprendizagem só poderá ser intensificada através de um currículo bem elaborado, levando em importância as condições de vida do indivíduo.

Por muito tempo o sistema educacional brasileiro manteve as pessoas com necessidades educacionais especiais distantes da escola regular. Por assim dizer, um ato discriminatório. As pessoas com deficiência tinham, com muita sorte, acesso apenas às escolas que ofereciam a modalidade de educação especial, que por sua vez, serviam como um apoio a educação regular. Desde 1994 é que mudanças significativas começam a ocorrer em atendimento às determinações estabelecidas na Declaração de Salamanca (1994). A partir de então, estava acordado entre as nações que as escolas regulares passariam a funcionar com orientação inclusiva. De acordo com o documento referido, o sistema educacional, em todos os seus níveis e modalidades, passaria a garantir o acesso de educandos com necessidades educacionais especiais à escola regular. Atendendo ao seguinte princípio orientador: as escolas devem [...] acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras|| (BRASIL, 2006, p. 330).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 9.394 de 20 de novembro de 1996, refere à educação especial, como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular, para atender, as peculiaridades da clientela de educação especial (Artigo 58).

Para se adequar a essas mudanças o PCN de Educação Especial (1998), propõe que o atendimento só será realizado em outro local se não for possível à integração do deficiente na escola regular de ensino, esta educação começa na faixa etária de zero a seis anos, adaptando seu currículo as necessidades desses alunos, como [...]

- Propiciar o mobiliário específico necessário;
- Fornecer ou atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- Adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral (no processo de ensino aprendizagem e na avaliação). [...];
- Propiciar ambientes com adequada luminosidade, sonoridade e movimentação;
- Adaptar materiais escritos de uso comum: destacar alguns aspectos que necessitam ser apreendidos com cores, desenhos, traços, cobrir partes que podem desviar a atenção do aluno: incluir desenhos, gráficos que ajudem na compreensão; destacar imagens; modificar conteúdos de material escrito de modo a torná-lo mais acessível à compreensão etc.;
- Favorecer o processo comunicativo entre aluno-professor, aluno-aluno, aluno-adultos;

■ Providenciar softwares educativos específicos.

Já os deficientes mentais deverão obter locais que favoreçam sua aprendizagem como atelier, cantinhos, oficinas, para que haja um melhor desenvolvimento nas suas habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidado pessoal e autonomia (BRASIL, 1998).

Somente através do engajamento do Poder Público a quem cabe de direito este cuidado, tomar as decisões cabíveis para que todas as dificuldades que os deficientes passem sejam sanadas e seu atendimento logo seja oferecido. A Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala) apresenta no seu artigo I o significado do termo deficiência, como sendo “[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (OEA, 1999).

Ainda existe tanta discriminação para com o deficiente, não sendo visto como um cidadão que têm direitos e deveres a cumprir como qualquer outra pessoa. A deficiência é uma condição em que uma pessoa se encontra, através dela existe apenas uma determinada limitação que aquela pessoa tem, não podendo ser tratado como um incapaz.

Todavia, estas determinações não se concretizaram. Assim, em 17 de setembro de 2008, o então presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, promulgou o Decreto Lei Nº 6.571 estabelecendo novas diretrizes para o atendimento educacional da pessoa com deficiência.

Estas novas diretrizes também atendiam as determinações das organizações internacionais e dos acordos firmados pelo Brasil. Como contrapartida a União prestaria apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o intuito de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, no Art. 1º deste decreto (BRASIL, 2008).

Para tanto, em 2007 o governo brasileiro, mediado pelo Ministério da Educação, constituiria um Grupo de Trabalho<sup>5</sup> cuja responsabilidade era elaborar os critérios que orientariam o funcionamento dos estabelecimentos regulares de ensino e que deveriam passar

---

<sup>5</sup>Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

a funcionar numa perspectiva inclusiva. O documento nominado: -Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva|| estabelecia:

[...] o atendimento educacional especializado [...] deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas [...] comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p.16).

Mas, para consolidar esta proposta seria necessário acontecer uma série de mudanças voltada para a reformulação do currículo escolar à qualificação dos professores, passando pela reestruturação do ambiente que deveria está totalmente organizado para receber os alunos com deficiência.<sup>6</sup>

Antes de toda reestruturação ser feita muitos questionamentos começam a surgir, a saber: a partir do momento em que os alunos com necessidades especiais forem inseridos nas escolas regulares, escolas especiais deixariam de existir? Então, o atendimento escolar para as pessoas com deficiência seria somente responsabilidade da rede regular de ensino?

O Ministério da Educação, a partir do seu papel de órgão indutor de políticas, tem buscado apoiar técnica e financeiramente os estados e municípios na efetivação das políticas de educação inclusiva. Programas como o PAR (Plano de Ações Articuladas), as Salas de Recursos Multifuncionais, o Programa Escola Acessível, o Programa Transporte Escolar Acessível e a dupla matrícula para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio do Fundeb, têm exercido papel relevante como impulsionadores da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em todo o país.

Outras iniciativas do governo federal têm contribuído para a ampliação da inclusão educacional das crianças e jovens com deficiência. Este é o caso do Programa Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) na Escola, ação interministerial que teve início em 2007 e atualmente está entre os programas que fazem parte do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Viver sem Limite). O BPC na escola tem por objetivos monitorar e fomentar o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência de baixa renda, na faixa etária de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC. Entre 2007 e 2010, o número de beneficiários do programa matriculados nas escolas subiu de 232 mil para 475 mil. Em termos percentuais, passou de 21% para 52,6%, o que indica que, apesar do aumento expressivo, ainda há um amplo contingente de beneficiários do

---

<sup>6</sup>De acordo com o Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010,a oferta do atendimento educacional especializado requer: -[...] a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas|| (Brasil, 2010, p. 132-134).

programa na faixa etária de escolaridade obrigatória que ainda não frequenta as escolas|| (Disponível em: [www.observatoriodopne.org.br](http://www.observatoriodopne.org.br)).

Conforme se buscava colocar em prática essas políticas públicas, novas leis continuavam sendo formuladas, todas supostamente voltadas para a melhoria da proposta. Assim, em 2009 seria instituída outra Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, que em seu artigo 1º estabelecia:

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009).

O Novo Plano Nacional de Educação (PNE/ 2014), válido até 2024, que traça metas e diretrizes para a educação do país em sua meta quatro, especifica que:

A educação especial deve garantir os serviços de apoio as crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A inserção da tecnologia nas escolas do ensino regular acontece de forma lenta, várias instituições recebem novos computadores e algumas salas multifuncionais já foram instaladas no Estado, no entanto, algumas escolas ainda não têm estrutura física para receber este material, além da falta de qualificação dos professores na educação especial e não existem salas estruturadas para receber os equipamentos eletrônicos.

Segundo as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Governo do Estado da Paraíba, ano 2012,

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do educando público-alvo da Educação Especial e deverá ser realizado, em turno inverso ao da sala comum, na própria escola ou em escola circunvizinha, quando esta não dispuser da sala de recursos multifuncionais. O AEE pode também ser realizado em Centro de Atendimento Educacional Especializado, com atividades diferenciadas, não sendo substitutivas à escolarização (PARAÍBA, 2012, p.17).



O AEE será entendido como um complemento do estudo ocorrido em sala de aula, acontecendo em outro horário na mesma escola ou em local especializado. Os locais especializados têm o mesmo direito das escolas comuns, como formação especializada para os educadores, melhoria em suas estruturas, recebimento de equipamentos, afirma o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, sobre o atendimento educacional especializado, considera no Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: [...] VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial (BRASIL, 2011).

É fato que as leis existem e buscam uma melhoria para todos os indivíduos, são imprescindíveis para que haja uma transformação na sociedade, não adianta os governantes sancionarem leis que afirmem -educação para todos|| com -qualidade|| se na prática é diferente, as políticas públicas desse país devem ser colocadas em pleno exercício.

## **1.2- O Educando com Deficiência Intelectual no Século XXI aprendendo com a Tecnologia Educacional**

Com o grande desenvolvimento da sociedade, principalmente na área tecnológica, uma nova etapa na educação brasileira vem surgindo, novas leis, decretos atribuídos a uma educação mais voltada para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, a inclusão é apresentada. Pela lei todos os alunos devem estar matriculados nas escolas de ensino comum, a educação deve ser competente de qualidade. No entanto, será mesmo que isto ocorre? As necessidades destes alunos estão sendo garantido, às adaptações curriculares, o acesso ao ambiente escolar e a ação pedagógica condiz com a realidade das escolas?

Para que aconteçam todas essas transformações, o currículo escolar deve está se adaptando a todas essas questões abordadas, claro que não será tarefa fácil, principalmente para o educador, pois ele necessitará passar por uma formação específica, para poder garantir um aprendizado mais eficaz do seu aluno com necessidades especiais. Sendo de suma importância os serviços de atendimento ofertados, para que o trabalho feito consiga alcançar seus objetivos é necessário que a lei seja cumprida, mais em muitos casos ainda não acontece isto.



Mesmo com um avanço enorme no aprendizado dos educandos com deficiências, nunca havia imaginado que atualmente, muitos estariam chegando à etapa final do ensino médio. Claro que para cada caso há uma exceção, quando acontece um trabalho que envolve todos os atores que tem relação direta com o deficiente, tudo é possível.

Imprescindível que o educando com deficiência intelectual tenha a seu favor um ambiente que favoreça o crescimento, nunca fazendo com que sua limitação seja empecilho para o desenvolvimento de alguma atividade escolar. O trabalho em equipe sempre é fundamental, principalmente quando se pode fazer desse trabalho uma ligação entre as escolas públicas e especializadas, onde buscar o aprendizado é o mais importante.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; Garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é objetivo primário de toda ação educacional (HENRIQUES, 2012, p.9).

O trabalho do professor é toda a ponte necessária, ele deve conhecer o aluno ao qual irá trabalhar levando em consideração todo o seu diagnóstico, o que o aluno pode fazer a partir disso para poder desenvolver outras habilidades, o ambiente deve estimular este aluno, e o professor o mediador desse aprendizado.

O ideal será que haja uma relação entre a escola especializada e a escola regular, as duas devem trabalhar em conjunto para que cada educando tenha uma aprendizagem proveitosa, utilizando a maior gama de recursos possíveis.

Um local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos, à natureza das necessidades especiais do alunado, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classes do ensino comum. O aluno deve ser atendido individualmente ou em pequenos grupos, por professor especializado, e em horário diferente do que frequenta no ensino regular (BRASIL, 1994, p.88).

As aulas ministradas nas salas de recursos devem acontecer sempre em horários opostos ao que o aluno estuda, além do que o educador deve disponibilizar seu trabalho apenas para este ambiente, não podendo estar dando aula no mesmo turno ou em outra sala, pois as mesmas devem reforçar o que o aluno vem estudando na sala de aula, nunca fugindo do seu contexto curricular.

Com essa utilização das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) e os softwares educativos para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do educando, a inclusão digital deixa de ser tachada como utopia para se tornar uma realidade possível, pois,

[...] o computador não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta com a qual o aluno desenvolve algo, e, portanto, o aprendizado ocorre pelo fato de estar executando uma tarefa por intermédio do computador (VALENTE apud FERREIRA, 2008, p.70).

Assim, no ambiente escolar o software mais utilizado é o educativo, sendo visto como o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem na teoria sociointeracionista o educando é o sujeito dessa aprendizagem.

O uso dos softwares deve ser muito bem arquitetado e organizado, levando em consideração a faixa etária de cada criança, se irá surgir interesse neles ao jogar determinado jogo, em que este jogo poderá trazer novos questionamentos, se ajudará no desenvolvimento de suas habilidades.

Por isso, os jogos foram programados para o entretenimento das crianças, no entanto, quando os educadores começaram a identificar que através dos mesmos poderia ocorrer um aprendizado, utilizando-o de forma adequada, houve uma adesão deles no planejamento escolar daqueles educadores que estavam abertos para novas mudanças.

Segundo Oliveira (2010, p. 3)<sup>7</sup> em seu artigo –Os Jogos Eletrônicos|| , os jogos são atividades estruturadas, que envolvem diversão e podem até mesmo serem utilizados para auxiliar no aprendizado de pessoas de todas as idades, com alto grau de sucesso. Para a construção de um jogo educacional é necessário formar uma equipe pedagógica.

Jogando o educando tem a possibilidade de construir seu conhecimento através dos conteúdos propostos situado num determinado espaço, ambiente introduzido de personagens, histórias a ser montada a cada etapa ultrapassada.

O propósito dos jogos educativos é a interação do jogador com o conteúdo de uma forma dinâmica, envolvente, multimídia e interativa. Alguns jogos podem ir além, explorando estratégias de aprendizagem e resolução de problemas complexos, além de familiarizar o estudante com a tecnologia (PRENSKY apud ALBUQUERQUE & FIALHO, 2009, p.03).

---

<sup>7</sup> Conferir em: [http:// devoidgames.com/blog/downloads/Jogos\\_ Eletronicos\\_ como\\_ Ferramenta\\_ de\\_ ensino \(devoidgames.com\).pdf](http://devoidgames.com/blog/downloads/Jogos_Eletronicos_como_Ferramenta_de_ensino(devoidgames.com).pdf). Capturado em 17 de janeiro de 2016.

Quando o educador estiver jogando é de responsabilidade dele qual decisão tomar, ele tem nas mãos o papel de mudar o jogo, a cada erro uma nova tentativa, claro que aprenderá também com seus erros, a mudança no raciocínio, a perspicácia em sair de situações perigosas, a utilização deles ajuda no desenvolvimento do falar, agir, escutar e analisar. Por isso,

O jogo é um elemento da cultura que contribui para o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo dos sujeitos, se constituindo assim, em uma atividade universal, com características singulares que permitem a ressignificação de diferentes conceitos. Portanto, os diferentes jogos e em especial os jogos eletrônicos, podem ser denominados como tecnologias intelectuais (ALVES apud SANTOS & MOITA, 2011, p.113).

Os jogos dão ao jogador o livre arbítrio de escolher quem quer ser, num mesmo jogo ele pode ser um policial e um bandido, alternando somente seus papéis, muitas vezes ele nem percebe o quanto pode transformar essa mudança de posição, como é está na pele do outro, refletindo sobre sua ação.

Ao utilizar o jogo educativo em sala de aula deve-se ter como intenção o desenvolvimento intelectual do aluno, as atividades devem seguir uma ordem, fazerem sentido, terem etapas a serem alcançadas, pois na deficiência intelectual o intuito será desenvolver sua capacidade intelectual, através de suas atitudes ao jogar, ampliando sua criatividade, seu poder de concentração e interação.

De acordo com Vygotsky (apud MAFRA, 2008), a arte de brincar pode ajudar a criança com necessidades educativas especiais a desenvolver-se, a comunicar-se com os que a cercam e consigo mesma. Apesar de atrasos no desenvolvimento cognitivo e motor do deficiente intelectual se forem dadas chances de estimular essas habilidades o desenvolvimento delas pode ser bastante progressivo. Assim,

O jogo possibilita à criança deficiente mental aprender de acordo com seu ritmo e suas capacidades. Há um aprendizado significativo associado à satisfação e ao êxito, sendo este a origem da auto-estima. Quando esta aumenta, a ansiedade diminui, permitindo à criança participar das tarefas de aprendizagem com maior motivação. O uso do jogo também possibilita melhor interação da criança deficiente mental com os seus coetâneos normais e com o mediador (VYGOTSKY apud MAFRA, 2008, p. 16).

Nesse sentido, cabe ao educador trazer sempre consigo o quanto uma criança com deficiência intelectual possa se desenvolver, ou seja, o quanto ela é capaz. Para isso, basta que acreditem no seu potencial. Afinal, -uma criança com deficiência mental não é simplesmente menos desenvolvida que outra da sua idade, mas é uma criança que se desenvolve de outro modo|| (VYGOTSKY apud MENEZES, n.d., p.14).

Em qualquer ambiente educacional o papel do professor é fundamental, numa sala de informática o mesmo acontece, sua mediação é o que vai fazer com que surjam novas ideias, pesquisas e informações para o desenvolvimento da atividade que está sendo proposta, o trabalho com o deficiente intelectual vai exigir mais do educador, cada aula deverá ser observada, para que na próxima possa haver mais avanço.

## II. EDUCANDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

-Qualquer pessoa independente de sua deficiência é capaz de aprender, isto só vai depender de sua relação com o outro. Qualquer deficiência, como a cegueira, a surdez, ou a deficiência mental inata, não mudam sozinhas com a atitude do homem no mundo, são influenciadas, antes de tudo nas relações com as pessoas|| (VYGOTSKY, 1989).

Neste segundo capítulo apresentaremos os resultados da observação realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande (APAE - CG) com o propósito de verificar a contribuição dos *softwares* educacionais no processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência intelectual. Para tanto iremos apresentar o percurso metodológico, que apresentaram quais foram os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Uma explanação a respeito da Instituição pesquisada, exposição dos resultados e atividades observadas.

### **O percurso metodológico: caminhos trilhados**

Esta pesquisa tinha como o objetivo geral investigar uma instituição de apoio a pessoas com deficiência a fim de verificar como a mesma estava se apropriando em suas práticas dos jogos eletrônicos nas atividades de apoio pedagógico. A partir da pesquisa, buscou-se olhar a instituição da forma mais objetiva possível visando contribuir, de alguma maneira, que fosse apenas revelando a real situação dos educandos com deficiência e os sucessos obtidos que possam servir de guia para melhorar a oferta das práticas de inclusão no sistema regular de ensino.

Metodologicamente, estudo pode ser caracterizado como de natureza qualitativa, sobretudo exploratória e descritiva, estruturada por coleta e sistematização dos dados. Desse modo, esse estudo tomou como base os tipos mais comuns e mais utilizados para uma pesquisa monográfica: pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, mesmo que esta não apresente a profundidade devida.

A pesquisa bibliográfica serviu para nortear e fornecer os instrumentos (conceitos e concepções) que instrumentalizaram a pesquisa empírica, de tal modo que a escolha recaiu por leque variado de fontes impressas e digitais. Ainda nesta fase foram realizados os primeiros contatos para coleta dos dados específicos sobre o objeto de estudo. O segundo

momento, ocorrido após a conclusão dos componentes curriculares do curso, foi dedicado a leitura dos textos selecionados e a pesquisa de campo. O terceiro momento foi dedicado a escrita do relatório final.

O universo da pesquisa empírica é uma instituição de apoio a educandos com deficiência intelectual na cidade de Campina Grande - PB: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Para coletar os dados na pesquisa de campo, as técnicas utilizadas foram: observação e entrevistas semiestruturadas e não-estruturadas ou abertas (ver o Roteiro no Apêndice) – a escolha pelo tipo de entrevista aconteceu de acordo com relação estabelecida entre a pesquisadora e os colaboradores no momento da coleta. A observação foi a primeira técnica utilizada não só por ser a mais interativa, mas principalmente por ser a que melhor permitiria a pesquisadora estabelecer uma relação de maior proximidade que tornaria mais fácil confirmar as variáveis, elaborar os instrumentos de coleta de dados. Outras técnicas de registro também foram utilizadas: gravações e fotografias.

As perguntas que orientaram a pesquisadora durante a realização das entrevistas com as professoras seguiram um roteiro relacionado aos objetivos estabelecidos. Também foi planejado um guia de observação para facilitar os itens que iria registrar. Foi a partir dessas anotações de campo que foram elaborados os textos descritivo e reflexivo. Assim, através da junção dos resultados da teoria e análise dos dados coletados este relatório (TCC) foi produzido. Cujo conteúdo, espera-se, possa contribuir para esclarecer e ajudar a compreender com maior propriedade a situação estudada.

### **A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande-PB: o contexto da pesquisa**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande (APAE - CG) foi criada no dia 01 de setembro de 1982 como resultado da -III Semana do Excepcional|| promovida pelo Rotary Clube Campina Grande Oeste<sup>8</sup>. A fim de atender as necessidades de -atendimento clínico|| e educativa de seus filhos e filhas, um grupo de pais organizou-se para concretizar o projeto. As primeiras instruções de como deveria funcionar a Instituição vieram do Sr. Arauto Hugo da Costa, representante da Federação Nacional das APAEs que havia sido convidado para proferir a palestra do evento supracitado no dia 28 de agosto de 1982.

<sup>8</sup>Fonte: Monografia de Especialização de Karla Karina Abrantes Rêgo. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2567/1/PDF%20-%20Karla%20Karina%20Abrantes%20R%C3%A0go.pdf>.p. 12-13.

Dias depois, o Sr. Arauto reunido a um grupo de pais de excepcionais criaram a Associação, fato ocorrido em 1º de setembro do mesmo ano<sup>9</sup>. Todavia, de acordo com as informações contidas na página da instituição, apesar de ter sido criada em 1982, uma série de problemas inviabilizaram o funcionamento da entidade.

Somente em setembro de 1993, duas pediatras, pais, profissionais e amigos se reuniram com a intenção de criar um grupo de apoio aos pais de recém-nascidos, com o passar dos meses se descobriu a existência da documentação da APAE, e o grupo assumiu o desafio de fazer a instituição funcionar como alternativa de atendimento sócio-psico-pedagógico a este segmento da sociedade (Disponível em: <http://campinagrande.apaebrasil.org.br/artigo.phtml/18501>).

No momento da fundação a presidência da Instituição ficou aos cuidados do educador Carlton Ferreira da Nóbrega, também presidente do Rotary Clube na época. Assim, foi do ano de 1993 em diante que pais, médicos, educadores e amigos passaram a lutar para colocar e manter a APAE - CG em funcionamento. Passados mais de 20 anos de sua fundação a situação da instituição ainda permanece precária, dependendo da ajuda financeira da comunidade para continuar a prestar atendimento ao público.

Ao longo dos anos várias mudanças provocaram alterações no funcionamento da Instituição, do local de funcionamento que na origem localizava-se na Rua Sebastião Donato, nº 143, Centro, Campina Grande, em uma casa doada pelo Governo do Estado, o senhor Ronaldo da Cunha Lima.

No ano de 2001 a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), na gestão do então prefeito Sr. Cássio da Cunha Lima, realizou a doação de um terreno no Bairro do Catolé, próximo da Rodoviária Municipal, na Rua Eutécia Vital Ribeiro nº 525. De acordo com Pequeno e Pereira (2011), a nova sede foi construída a partir da contribuição financeira da PMCG, que doou 300 mil reais, e da ajuda da comunidade campinense.

Desse modo, no ano de 2004 a atual sede da APAE - CG ficou pronta e estruturada (dividida) em três blocos, a saber: administrativo, clínico e educacional. O bloco clínico está voltado ao atendimento de saúde do deficiente, sendo composta por duas salas de psicologia, sendo uma para adultos e adolescentes e outra para o público infantil; duas salas para o serviço social, uma para o neuropediatra, duas salas organizadas para o atendimento de

---

<sup>9</sup>Fonte: Monografia de Especialização de Karla Karina Abrantes Rêgo. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2567/1/PDF%20-%20Karla%20Karina%20Abrantes%20R%C3%A9go.pdf>. p. 12-13



fonoaudióloga e mais dois locais divididos em quatro salas para o atendimento de fisioterapia. Neste bloco também se encontra a cozinha, o refeitório e uma despensa, e os banheiros para funcionários e usuários. No bloco administrativo funciona a direção, a recepção, a secretaria, a sala da presidência, uma sala para reunião, almoxarifado, tesouraria, auditório para oitenta e cinco pessoas e uma biblioteca.

Desde sua fundação a instituição sofre em relação aos recursos financeiros, com isso infelizmente é necessário sempre cortar custos, como a redução de professores e funcionários diversos. Em 2013 a instituição contava com 17 (dezesete) professores, distribuída nas mais diversas funções: sala de aula, cozinha profissionalizante, estimulação, entre outros e nos últimos anos esse número veio sendo reduzido. Repetidas campanhas são feitas, todos os anos, objetivando angariar recursos para viabilizar o funcionamento da instituição. Nos últimos anos poucas mudanças foram realizadas em sua estrutura, comprometendo-a de tal forma que na vistoria realizada no ano (2015) o Corpo de Bombeiros concluiu ser sua estrutura imprópria para os serviços prestados: faltando iluminação em vários pontos, sinalização nas saídas de emergência e outros itens indispensáveis a um espaço destinado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais de locomoção, por exemplo.

Foi dada a administração da APAE - CG o prazo de 30 dias para deixar o local adequado, requisito indispensável ao recebimento do alvará de autorização para funcionamento. Na ocasião, a presidente da APAE, Margarida Mota, declarou a imprensa que o valor para fazer a adequação do local era muito alto e que a entidade não tinha condição econômica de financiar uma reforma estimada em torno R\$ 30 mil. Reforçando as informações anteriormente divulgadas pela Assessoria de Comunicação da entidade dando conta que a APAE está funcionando sem recursos suficientes há bastante tempo. De acordo com Assessoria de Comunicação da instituição, nos últimos quatro anos (2012 aos dias atuais) o governo do estado não repassa mais o subsídio. Atualmente é com os R\$ 8 mil que recebe mensalmente da Prefeitura de Campina Grande que a entidade tem pagado parte de suas despesas e os outros custos são cobertos através de doações voluntárias. Ressaltando que no ano de 2015 só a folha salarial da entidade era em torno de 55 mil reais<sup>10</sup>. Mais um grave problema para a atual diretoria, eleita para o triênio 2014-2016, sobre a presidência da Sra. Margarida da Mota Rocha.

---

<sup>10</sup> Todos os anos o Corpo de Bombeiros de Campina Grande vistoria todas as instituições/entidades de ensino Municipais e Estaduais da cidade a fim de verificar se estão com toda a sua estrutura e equipamentos adequados ao pleno funcionamento. E foi essa vistoria que detectou os problemas estruturais da APAE-CG que requer urgência na resolução. Fonte: G1 Paraíba *Online*. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/03/servicos-da-apae-podem-parar-em-campina-grande-por-falta-de-estrutura.html>.

A Instituição segue suas regras, dentre elas em sua reforma estatutária fica confirmada que a mesma é uma entidade filantrópica, com a diretoria escolhida via processo eleitoral – eleição realizada no intervalo de três anos. No período de realização da pesquisa a diretoria eleita para o triênio (2011- 2013) era presidida pela Sra. Margarida da Mota Rocha, uma das fundadoras. Inclusive, coincidentemente, o símbolo da Federação das APAEs é uma flor (que lembra uma margarida) ladeada por duas mãos abertas, em sentido de proteção (ver Figura 01).



**Figura 01:** Logomarca da Federação Nacional das APAEs  
Fonte: <http://campinagrande.apaebrasil.org.br/>

#### – Os serviços prestados na APAE-CG

A APAE de Campina Grande está filiada à Federação Nacional das APAEs, desse modo toma por base o Plano de Ação, que tem como missão a reabilitação, habilitação e integração à vida comunitária do Deficiente com Necessidades Especiais, com igualdade de direitos, incluindo através das artes, dança e esporte (APAE - CG, 2010). De acordo com Rego (2013) e o site da Instituição, vários serviços são prestados pela entidade, dentre eles:

- a) **Fonoaudióloga** - Oferta de –atendimentos individuais e em grupo, de forma multidisciplinar e interdisciplinar, de acordo com a necessidade do paciente|| com o objetivo de estimular e fazer –fluir a linguagem|| ;
- b) **Fisioterapia** - Previne e trata as disfunções do movimento humano, por meio de recursos físicos. Atuam na prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas com alterações neurológicas;
- c) **Psicologia** - Atua com sessões individuais e em grupo, além de atendimento de orientação sexual;

- d) **Laboratório de Informática** - Desenvolvido em conjunto com a biblioteca, brinquedoteca e as salas de aula para o melhor desenvolvimento do aluno. Tem como objetivo a inclusão digital dessas crianças; entrevista
- e) **Equoterapia** - É um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com necessidades especiais;
- f) **Serviço Social** - Fazem um trabalho com as famílias dos deficientes, tentando informar, orientar sobre a importância de aceitar o outro como se é;
- g) **Educação Infantil** - Procura desenvolver o processo de autonomia na criança com necessidades especiais, suas potencialidades e interação com o meio que vive;
- h) **Educação Fundamental** - Tem como objetivo desenvolver as aptidões intelectuais;
- i) **Dança** - É um momento de relaxamento, de expressão para os alunos com necessidades especiais, momento de inserção no contexto social.

A APAE - CG também oferece uma série de cursos voltados para a profissionalização de seus usuários, dentre eles: artesanato e serigrafia. No caso do curso de serigrafia é oferecido em parceria com empresas de renome nacional, a exemplo do SESI, SENAI e SESC. O objetivo da oferta desses cursos é promover autonomia dos seus usuários e ao mesmo tempo viabilizar a inclusão social à medida que aprender uma profissão ajudará o usuário a participar da sociedade como agente indivíduo capaz de todas suas próprias decisões.

Com a junção de todos esses serviços a instituição ganha além do caráter assistencial uma perspectiva de apoio educacional, buscando sempre oferecer uma formação auxiliar à pessoa com necessidades educativas especiais. De acordo com os dados divulgados pela entidade, em 2013 foram atendidos uma faixa de 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) crianças, adolescentes e adultos.

Na APAE o trabalho é feito em conjunto com a família, pois eles sempre estão juntos em todos os momentos com os assistidos. Esse trabalho em conjunto é de fundamental importância para promover um aprendizado significativo e eficiente para o educando com deficiência.

## **- Ação Pedagógica**

O trabalho Pedagógico na APAE - CG está centrado numa concepção pedagógica na qual tem como foco o aprendizado realizado através da interação entre as pessoas com o meio em que vive.

Sendo organizado por eixos temáticos durante o ano todo, o planejamento antes acontecia uma vez ao mês, no entanto sentiu-se a necessidade de unir o grupo de trabalho pedagógico, então este planejamento começou a ser feito semanalmente, ficando mais fácil de ser cobrado, enquanto os alunos estão em atendimentos em outros locais, como no laboratório, biblioteca ou clínica, os educadores da sala estão em reunião com a coordenadora pedagógica, e durante uma vez ao mês ocorre à reunião com todas as equipes para se tratar dos eventos da instituição.

Entre os meses de novembro e dezembro de cada ano a APAE - CG para seu atendimento em dois ou três dias e vai elaborar o plano de ação para o ano seguinte, nesta reunião é feito uma reflexão sobre tudo que foi feito no ano e discutem-se quais as abordagens vão ser trabalhadas no próximo ano..

Essas abordagens envolvem temáticas gerais, são escolhidas quatro temáticas, por exemplo, educação e identidade e dentro dessas surgem sub-temáticas, para ser posta em ação. Assim ainda surgem atividades extra-escolares, como visitas a locais importantes da cidade. As atividades têm como objetivo tornar os deficientes mais independentes, autônomo, as temáticas focam sempre nesse intuito.

O bloco no qual funciona a área de educação contém oito salas espaçosas, em uma das quais está o laboratório de informática, lócus de observação da nossa pesquisa. O laboratório de informática é um dos principais espaços pedagógicos da entidade para prestar atendimento ao público assistido no âmbito educacional, visto a atração que exerce o computador e tudo que ele viabiliza para as crianças, jovens e adultos que frequentam o espaço. Inicialmente a sala começou a funcionar com o equipamento doado pelo Governo Federal no ano de 2008 através do Programa de Informática na Educação Especial (PROINESP).

O referido Programa tinha por objetivo oportunizar a inclusão digital e social de alunos com -necessidades educacionais especiais|| . Implantavam-se os laboratórios de informática em escolas públicas municipais, estaduais e entidades sem fins lucrativos de

Educação Especial e os professores recebiam capacitação através de cursos à distância.<sup>11</sup> Ao longo dos anos, o tipo de atendimento prestado na sala de informática ficou mais centralizado nos usuários com deficiência intelectual, atendendo da fase infantil até a adulta.

A proposta curricular da APAE - CG é orientado pela Federação das APAES, adaptou a maneira de se planejar, observando as pessoas com necessidades educativas especiais como indivíduos, autores da sua própria aprendizagem e assim, novas estratégias de ensino surgiram buscando o desenvolvimento deles. Por isso a teoria de Vygotsky, o sócio - interacionista utilizado na APAE – CG.

Quando uma criança vai entrar na APAE - CG, é feito uma avaliação baseada nos níveis de leitura e escrita que o futuro usuário possui. Também é considerado o resultado da entrevista com a mãe do usuário acerca do que o mesmo é capaz de fazer, a partir deste momento é que fica decidido o grupo no qual o mesmo será inserido.

O atendimento nas salas está dividido por ano: primeiro ano, segundo ano e terceiro ano. A sala do terceiro ano é aquela para a qual os usuários irão apenas quando souberem ler. É uma sala voltada para um trabalho de aprimoramento (ou aperfeiçoamento) da leitura, trabalham-se mais a parte de micro e macro estrutura dos textos. Os usuários do terceiro ano fazem uso diferenciado da biblioteca, frequentam para buscar melhorar a fluência da leitura. Com a turma do segundo ano o trabalho com a leitura está voltado para a construção de sentido. Atenção especial para os usuários que estão começando a ler - aprendendo a dominar ou ainda estão adquirindo os códigos, reconhecendo letras e sílabas, mais ainda não fazem a junção. Uma das turmas é voltada para o atendimento dos usuários com deficiência intelectual mais grave. Com esse grupo o trabalho está mais voltado para promover a autonomia e desenvolver a coordenação motora. A ênfase nesses dois aspectos é decorrente da -agrafia|| absoluta e/ou motora.

Existe também um terceiro grupo de usuários, o da terceira idade, chama-se -Grupo VIVER|| . Os usuários desse grupo não conseguem ler ou escrever, fazem as atividades em sua maioria fora da APAE. Com esse grupo o principal trabalho está voltado para sociabilidade, por exemplo: aprender a ir sozinho ao supermercado e pagarem o produto comprado; aprender como se alimentar sozinho e fazer algo pra comer; ações básicas de sobrevivência.

---

<sup>11</sup> Fonte: Artigo A Tecnologia Facilitando a Inclusão: novas estratégias de ensino/aprendizagem para Educandos com deficiência, NEPOMUCENO, Cristiane Maria. Nepomuceno; SANTOS, Ionath Iamara Silva;LIMA,

Joselma de L. da Silva. in: II colóquio brasileiro educação na sociedade contemporânea, 2010, campina grande.  
Anais II colóquio brasileiro educação na sociedade contemporânea. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

Outro projeto que estava em desenvolvimento era um denominado: Grupo de Intervenção Clínico-Pedagógico (PC). Esse projeto foi criado em 2007 e era oferecido a indivíduos não-alfabetizados, com sequelas de paralisia cerebral, com o intuito de prepará-los para inseri-los na rede regular de ensino. Nesse projeto a instituição contava com a ajuda dos membros familiares (MF) que interferem como mediadores de aprendizagem.

O trabalho é desenvolvido a partir de um planejamento em conjunto dos serviços da biblioteca, brinquedoteca e do laboratório de informática. Para esse projeto em específico (em 2013) eram disponibilizados quatro profissionais para o atendimento: duas pedagogas, uma psicóloga e uma fisioterapeuta. Os atendimentos eram realizados uma vez por semana e cada profissional tinha um tempo determinado para atuar, antes do exercício prático no laboratório de informática.

Do serviço oferecido na APAE de Campina Grande é possível afirmar, sem subjetivismo, que a instituição busca atender a sua clientela da melhor forma possível, independente das dificuldades financeiras que vinham enfrentando. É uma equipe composta por profissionais preocupados com as necessidades específicas de cada usuário. Estes profissionais prestam serviços de apoio pedagógico e atendimento educacional especializado, promovem ações de caráter psicopedagógicos, terapêuticas e socioeducativas voltadas para promover a reabilitação, habilitação e integração à vida comunitária. Dentre as muitas atividades oferecidas pela APAE, a que vamos dedicar atenção são as desenvolvidas na Sala de Informática da Instituição.

### III - APRESENTANDO OS RESULTADOS: A ESTRUTURA E O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO NO LABORATÓRIO INFORMÁTICA DA APAE-CG

—Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis|| .

(RADABAUGH)

A proposta desse trabalho surgiu a partir do Projeto de Pesquisa coordenado pela Profª Cristiane Nepomuceno e financiado por um programa interno de fomento a pesquisa, o PROPESQ-UEPB, vinculado ao I Edital do Programa em 2010. Participei do projeto na condição de aluna-pesquisadora de iniciação científica vinculada ao CNPq por 02 (dois) anos. O projeto de pesquisa tinha como objeto de estudo o programa de formação docente na modalidade Educação a Distância a fim de verificar as mudanças ocorridas na prática docente a partir de um curso mediado pelo uso da tecnologia digital de comunicação e informação.

Foi desse modo que terminei me aproximando da proposta desse estudo: verificar a contribuição dos *softwares* educacionais no processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência intelectual. A escolha do *lôcus* da pesquisa recaiu pela APAE - CG porque a minha orientadora, Profª Cristiane Nepomuceno havia acabado de participar de um trabalho de observação no laboratório de informática da instituição no qual ficará conhecendo as professoras responsáveis e os projetos que estavam sendo desenvolvidos.

Os dados da observação e das entrevistas com as duas professoras do laboratório de informática da APAE - CG que serão apresentados a seguir foram coletados no período de 03 (três) meses: abril a junho de 2012.

#### - O Laboratório de Informática: estrutura e funcionamento

O Laboratório de Informática, que passaremos a chamar de LI, ocupa uma sala retangular relativamente grande, cerca de 24 a 30 metros quadrados. As bancadas para os computadores, adaptadas para cadeirantes e um monitor, ficam coladas nas paredes laterais (ver Figuras 2 e 3). No total, havia 10 (dez) computadores em uso, do mais variado estado, desde usados (doados) em condição precária a equipamentos de ponta. No centro da sala fica uma grande mesa de apoio e algumas carteiras escolares. O LI funciona todos os dias, com

um planejamento diferenciado a cada semana. Parte das ações desenvolvidas no laboratório



tinha como objetivo a inclusão digital dos usuários da APAE - CG (crianças, adolescentes, jovens, adultos), dentre as estratégias pedagógicas utilizadas para inclusão digital, estavam:

- Criação de desenhos no PAINT seguindo as temáticas desenvolvidas durante o ano letivo;
- Construção de textos no Microsoft Word utilizando os aplicativos de digitação (tipo de fonte/ tamanho);
- Tipos de softwares (Mimocas/ Micromundos/ Escola matemal/ Escola Diversão/ Clássicos inesquecíveis/ Sítio do Pica Pau Amarelo, Alfa fono, EmmeKids, Reinações de Narizinho, Primeiros Passos;
- Uso da Internet Explorer através de sites educativos e sites de pesquisa para trabalhar as temáticas e conteúdos (cf. In: [http://campinagrande.apaebrasil.org.br/artigo\\_phtml/20418](http://campinagrande.apaebrasil.org.br/artigo_phtml/20418)).

No período da pesquisa, as aulas aconteciam em dias alternados: segunda e quarta-feira; terça e quinta-feira. A aula da sexta-feira é voltada para atendimentos especiais, como por exemplo: reforço ou o desenvolvimento de algum projeto pedagógico. De acordo com as informações prestadas pelas professoras, quando a Sala de Informática começou a funcionar cada turma tinha 02 (duas) horas de aula, hoje são apenas 40 minutos de duração. Na ocasião o laboratório atendia a 96 (noventa e seis) usuários, divididos em cinco turmas. A divisão dos usuários em turmas obedecia a um critério organizacional ligado ao nível cognitivo, de leitura e escrita dos mesmos.



Figura 2: Laboratório de Informática da APAE-CG



Figura 3: Computadores já com defeitos.

Fonte: Pesquisa de Campo – Arquivo Cristiane Nepomuceno

Os tipos de usuários assistidos no laboratório apresentavam algum quadro de deficiência intelectual, em sua maioria, crianças e jovens com Síndrome de Down e os demais com sequelas de Paralisia Cerebral, Atrofia Muscular e outros com tipos distintos de distúrbios de aprendizagem. O grupo era atendido toda semana de manhã e a tarde, cada sala

de aula tem em torno de 14 (quatorze) alunos, sendo cinco salas, atendendo em torno de 100 (cem) crianças por dia. Os usuários eram oriundos da zona urbana de Campina Grande e cidades vizinhas que não disponibilizam dos serviços prestados na APAE - CG.

O trabalho desenvolvido no LI é realizado em conjunto com outros espaços da instituição. Por exemplo, as atividades de leitura desenvolvidas na biblioteca recebiam apoio (reforço) na aula de informática à medida que os usuários recebiam instruções sobre os jogos que iriam usar, assim como precisam ler a orientação que estava escrita na tela do monitor para seguir adiante no jogo. A Figura 4 representa bem a situação: o menu exposto na imagem contém o nível e o subnível a ser escolhido e a sequência lógica a ser seguida do jogo. Desse modo, o usuário precisará decodificar os comandos necessários para continuar jogando. Durante a observação foi muito gratificante ver os usuários que já tinham um bom domínio de leitura monitorando aqueles que ainda estão no começo do aprendizado.



Figura 4: Printscreen do Menu dos jogos doSoftEducaional Mimoca

A -engenharia pedagógica|| , como definiu uma das pedagogas responsáveis pelo Laboratório de Informática, a professora Cleonice de Oliveira, estava estruturada em dois tipos de atividades: -orientação pedagógica|| e desenvolvimento de -estratégias de aprendizagem|| . Ambas as atividades funcionavam tanto como reforço às atividades de sala de aula como também funcionavam como -letramento digital|| . Quando fomos para a coleta dos dados o LI funcionava de segunda a sexta-feira nos dois turnos.



**Figura 5:** Aula de Informática com softwares

Fonte de Pesquisa: <http://caminagrande.apaebrasil.org.br/artigo.phtml/20418>

A partir da observação das atividades desenvolvidas no LI foi possível perceber que o trabalho realizado se dá a partir do uso de equipamentos que não contam com nenhum tipo de periférico adaptado. É importante que se ressalte, que a falta de acesso a esses equipamentos ocorria em decorrência da falta de recursos financeiros. O Laboratório só passou a receber um aporte um pouco maior de recursos após estabelecer ponte com o Programa de Informática na Educação Especial (PROINESP) fundado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP). O Programa objetiva oportunizar a inclusão digital e social de alunos com necessidades educacionais especiais. Suas ações estavam voltadas para instalação de laboratórios de informática em escolas públicas municipais e estaduais e entidades sem fins lucrativos de Educação Especial. Envolvendo também ações voltadas para o financiamento a continuidade da formação e capacitação dos professores, através de cursos à distância.

De modo geral, as atividades desenvolvidas no LI são mediadas pelo uso de alguns softwares educacionais. A partir do uso de jogos específicos as professoras desenvolviam suas atividades de ensino/aprendizagem. Os softwares mais utilizados eram: Mimocas, Franklin e HQ (utilizado para construir histórias em quadrinhos) e o Micro Mundos, do PROINESP, que também trabalha com desenhos.

As professoras usavam também muitos outros jogos educativos, a exemplo de Bloco Lógico, Damas, Dominó e Xadrez. Sempre priorizavam o uso de jogos que ajudam a desenvolver o raciocínio; usavam também programas como Word, Power Point, TuxPaint (a

parte do desenho, pintura para montar cenários) e a Internet. De acordo com a professora Cleonice Oliveira muitos alunos são ótimos em cálculo mental, razão pela qual ela priorizava as atividades mais lógicas, no sentido de estimular ao máximo o desenvolvimento dos mesmos.

Todavia, além das atividades pedagógicas, no LI se investia muito em projetos que viabilizassem um sentido mais amplo de (con) vivências sociais e amadurecimento pessoal, a exemplo de um projeto chamado –Jovens Conectad@s|| . Este projeto fazia parte de uma pesquisa educacional coordenada por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Ceará e objetivava compreender o que as pessoas em situação de deficiência intelectual e ditas normais podem aprender e ensinar sobre si mesmas e sobre os outros.

O projeto começou no espaço da biblioteca com o grupo de leitores e foi sendo ampliado para o laboratório de informática. A proposta era investigar como seria a relação pessoal deles entre si e com os outros jovens que estariam on-line.

No projeto –Jovens Conect@d@s|| as professoras e os pesquisadores reuniram aos jovens (adolescentes e adultos) matriculados na Instituição a pessoas da comunidade (voluntários) e criavam grupos que se comunicavam com grupos de outras APAEs. Desse modo, o projeto ficou composto por um ID (–Deficiente Mental|| ) e um MC (–Membro da Comunidade|| ), que constituíam pares.

A partir do estabelecimento de um canal de comunicação entre esses jovens nas redes sociais os mesmos conversavam com jovens de outra APAE em Fortaleza. A principal rede utilizada foi o MSN*Messenger*. Conectados (*on-line*), esses jovens, ajudados por um MC, conversavam com os –amigos|| a distância. A função do MC era facilitar a –ligação|| entre os Jovens Conectad@s, todavia só interferia no momento em que o ID não conseguisse mais digitar sua fala. Mas, o MC sempre perguntava ao ID sobre o mesmo queria que fosse respondido ao colega on-line.

Como o projeto foi dividido por sessões, quando a primeira etapa (dedicada ao aprendizado do uso do MSN) foi concluída passaram para a segunda: a criação de um canal de comunicação via e-mail. Esse estágio já voltado para postagens de conversas com mais informações, onde os usuários teriam mais tempo e tranquilidade para elaborar seus textos respostas. O projeto propiciou as pessoas com deficiência intelectual assistidas pelas duas APAEs a oportunidade de fazer uso da tecnologia digital de comunicação de modo a viabilizar sua inclusão em outros todos os setores da sociedade.



Assim, a primeira turma de jovens com o qual o projeto foi desenvolvido era composta por usuários da APAE-CG em interface com jovens usuários da APAE-Fortaleza, todos com deficiência intelectual. As fotos (Figuras 6, 7 e 8) abaixo mostram algumas duplas envolvidas no projeto. Após quase 01 (um) ano se relacionando através da rede foi realizado um encontro dos jovens envolvidos no projeto na cidade de Fortaleza ao término do ano letivo. Através deste projeto as professoras objetivam estimular nos alunos o autoconhecimento, a socialização, o estímulo as relações de amizade e habilitá-los nos meios de comunicação digital.



**Figura 6:** Temas abordados no projeto Jovens Conectad@s.  
**Fonte:** Pesquisa de Campo – Arquivo Cristiane Nepomuceno



**Figura 7:** Imagens dos Jovens Conectados da APAE-CG      **Figura 8:** Imagens dos Jovens Conectados da APAE-Fortaleza  
**Fonte:** Pesquisa de Campo – Arquivo Cristiane Nepomuceno

O projeto provou que a atenção, o carinho junto, com a mediação contribuem sim para o desenvolvimento qualitativo do educando com deficiência intelectual. A tecnologia digital de comunicação e informação ajuda ampliar as habilidades das pessoas com deficiência é fundamental no processo de aquisição para a autonomia na vida diária de pessoas com deficiência intelectual. Aspectos que ficam evidentes no dito por uma das professoras responsável pelo LI ao comentar sobre o interesse de um dos usuários que já estava no Ensino Médio:

*“(...) o foco dele é outro pra esses daí, pra esses a gente usa a internet, (...) ele é um adulto, ele não aceita mais joguinhos faz tempo, ele quer aprender a ler e escrever, só que ai, a limitação física impede ele de fazer isso, porque ele também não fala então tudo é com o olhar, assim a gente pergunta e espera a resposta dele com o olhar, ai ele e outro acho que mais três a gente resolveu fazer o livrinho da história dele, desde o primeiro atendimento a gente tá tentando pegar todos eles pra ir fazendo a historinha de vida dele, uma auto-biografia”.*

**Fala da Profa. Cleonice**

#### **- As Profissionais que atuam no Laboratório de Informática**

No ano de 2012 trabalhavam diretamente no Laboratório de Informática da APAE - CG três profissionais, a saber:

- a) Coordenação Pedagógica: Rossana Sheila Pontes Carvalho - Formação inicial em Pedagogia e Especialização na área de Alfabetização. Trabalhava na APAE - CG há sete anos e, além da orientação das atividades desenvolvidas no LI, também orientava os educadores nos planejamentos e organizando adequadamente a área pedagógica da Instituição;
  
- b) Professora Cleonice Maria de Lima Oliveira – Formação inicial em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba e pós-graduada em Psicopedagogia e possui vários cursos na área de Informática Básica. Estava na APAE há vários anos, desde o tempo de estudante da graduação na condição de estagiária. Em decorrência da falta de profissionais prestando serviço a instituição, antes de terminar o curso assumiu como professora. Em 2006 assumiu o laboratório de informática, sendo que apenas em 2008 fez o curso de Especialização em

Inclusão pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo Programa de Informática na Educação Especial (PROINESP). Responsável pelo período da tarde;

c) Professora Telma Maria da S. Costa - Formação inicial em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Trabalhava na APAE de Campina Grande há cerca de 8 anos. Havia começado sua carreira na Instituição atuando em sala de aula, posteriormente o fez teste para o laboratório e desde então era no naquele espaço que a educadora desenvolvia suas atividades. Kursou a Especialização em Inclusão pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na modalidade a distância, vinculada ao PROINESP. A professora também trabalha na Rede Municipal de Ensino de outra cidade, entre idas e vindas, ela está como funcionária cedida à instituição. A professora -A|| participa de todos os eventos da instituição, além de ter feito parte do Projeto Jovens Conectados, junto com Cleonice há dois anos. Responsável pelo período da manhã.

O Laboratório de Informática da APAE - CG foi inaugurado no ano de 2006, mas funcionava de forma precária e praticamente sem equipamentos. No início dos anos 2000 o Programa Informática na Escola (PROINFO) foi estendido para as escolas e organizações que desenvolviam atividades pedagógicas com crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais. Para ter acesso ao Programa PROINESP e, por conseguinte, aos equipamentos que eram distribuídos um dos requisitos era que as instituições encaminhassem seus profissionais para os cursos de Formação Continuada oferecidos pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP). Na ocasião a parceira do PROINESP era a UFRGS era o centro de pesquisa de referência em estudos voltados para o uso da informática na educação especial. A partir do momento em que o educador fazia o curso, a instituição ao qual estava vinculado recebia computadores da linha positivo. A APAE - CG foi contemplada com 02 (dois) computadores pelo Programa.

De acordo com as informações obtidas na entrevista com a Professora Cleonice, no trabalho desenvolvido no LI não se contava com qualquer tipo de equipamentos assessórios (Tecnologia Assistiva) ou recursos de -ajuda técnica|| , faltava praticamente tudo. De acordo com a mesma, na instituição não falta apenas -acessórios|| , as máquinas (computadores) estão ultrapassados, e alguns sequer conseguem -rodar|| um programa simples, imaginem então -rodarem|| um software mais moderno e sofisticado.

De acordo com o relato pelas professoras, ter acesso a um arsenal de recursos

adaptados para dar a pessoa com deficiência autonomia e independência é ainda um sonho.



Por exemplo, as bancadas do laboratório adaptadas para cadeirantes foram fruto do esforço pessoal da Professora Cleonice – idealizadas pela própria professora e confeccionadas com o apoio financeiro de um grupo de professores da UFCG que se solidarizaram com a sua –luta|| por espaço melhor de trabalho quando lá estavam realizando uma pesquisa. E, como nos disse a Professora: —é tudo que nós temos nesta sala de tecnologia assistiva|| .

A seguir apresentaremos algumas informações obtidas a partir das entrevistas (abertas) com as duas Professoras acerca do trabalho que desenvolviam no laboratório de informática.

### **3.2.1– As Falas das Professoras**

Os primeiros contatos com as Professoras do LI ocorreram no ano de 2012 no período de desenvolvimento do projeto de pesquisa de iniciação (PIBIC) ao qual estava vinculada como bolsista – e foi nesse período que a ideia desse trabalho surgiu: verificar como a tecnologia digital poderia contribuir para educação da pessoa com deficiência intelectual.

Em 2012, período da conclusão do curso, voltei a entrar em contato com as professoras responsáveis pelo LI para apresentar a minha proposta de pesquisa. Fomos muito bem recebidas pela Professora Cleonice, que já foi nos conduzindo para visitar o laboratório e apresentar alguns dos softwares que estavam sendo utilizados com os usuários. Esse primeiro momento só fez com que a curiosidade aumentasse. Marcamos as datas para as entrevistas, que aconteceram de uma maneira –leve|| , mas para uma conversa, sendo que as perguntas estavam orientadas por um roteiro que objetiva conhecer as práticas e recursos tecnológicos utilizados.

A conversa seguinte se deu com a coordenadora pedagógica da APAE, Professora Rossana. Na ocasião também conversamos com a psicóloga. Ao longo de três meses, abril ao dia 02 de junho de 2012, todas as segundas-feiras a tarde, comparecia ao LI da APAE - CG para observar o trabalho que estava sendo desenvolvido, em especial com um grupo de crianças PC (Paralisia Cerebral), com idade variando entre 5 e 10 anos.

A partir dos dados obtidos foi possível perceber nas falas das entrevistadas como consideravam os *softs* educacionais um dos seus aliados fundamentais no processo de ensino-aprendizagem dos usuários assistidos no espaço. Na fala da Professora Cleonice este –sentimento|| fica evidente. Quando perguntada acerca de como acontecia –pedagogicamente o trabalho que realizava na APAE - CG|| , respondeu:

*“Todo ano é zerado uma tabela de conteúdos para ser trabalhada durante um ano, existe uma grade curricular que a escolaridade segue e aí a gente tem tema, como por exemplo, primeiro bimestre tem tema tal, o segundo tem outro tema, então a gente tentar ir pro atendimento de sala de aula principalmente de acordo com as temáticas que são sendo abordados em sala, agora tá sendo trabalhado a parte ecológica, é cuidados com o meio ambiente, pra que entre matemática com os números, então assim a gente já começa a trabalhar pensando nisso, a proposta é geralmente, se for pras turmas que estão por exemplo proposta de leitura e escrita pra dar suporte a sala de aula, as menores, geralmente são os joguinhos pedagógicos, o jogo das mimocas, o caça-palavras é cruzadinhas, aí tem outros jogos que a gente usa, como o mimocas, aí vai variar de acordo com o que a gente tá trabalhando, os que não são em sala de aula, vem outro dia pro apoio pedagógico, aí esses não, geralmente a gente tem que montar atividades relacionada a cada especialidade individual, que cada um é uma realidade diferente, [...]”.*

#### **Fala da Professora Cleonice**

Observamos que os *softs* educacionais, em especial os jogos, eram utilizados para reforçar o aprendizado por meio do estímulo. Pacientemente, pediam à criança que tentasse outra vez fazer a questão que não haviam acertado. Segundo Cleonice era no erro e no acerto que muitos deles iam adquirindo conhecimento e passavam a utilizar em outras situações ou programas. E exemplificou:

*“O escola games, ele trabalha a parte de linguagem, trabalha matemática, trabalha ciências, trabalha história e geografia, trabalha até inglês, a parte inicial do inglês, palavrinhas e assim geralmente eles dão mais incentivos, elas fazem assim, tem um joguinho lá pra você, é um jogo de encontrar palavras, caça-palavras, quando você termina de encontrar aí você ganha um jogo extra, entendeu, na verdade, você ganha pra jogar, aí se torna mais divertido é como se fosse um brinde por você ter terminado aquela outra fase, muito interessante”.*

#### **Fala da Professora Cleonice**

E, ao mesmo tempo em que ao manusear o mouse para selecionar as setas de navegação, também iam estimulando o desenvolvimento da coordenação motora. De acordo com Santos & Moita afirmam:

O jogo é um elemento da cultura que contribui para o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo dos sujeitos, se constituindo assim, em uma atividade universal, com características singulares que permitem a ressignificação de diferentes conceitos. Portanto, os diferentes jogos e em especial os jogos eletrônicos, podem ser denominados como tecnologias intelectuais (MOITA et al, 2007, p. 98).

A partir da observação e das conversas foi possível verificar como o processo de ensino-aprendizagem mediado pelo uso dos *softs* educacionais, em especial os jogos, possibilitam a criança com deficiência intelectual –aprender de acordo com seu ritmo e suas capacidades, à medida que esta irá aprender dentro das suas possibilidades|| (MAFRA, 2008). Em nossas conversas, as duas professoras sempre chamavam a atenção para o quanto é importante trabalhar com os jogos educativos para estimular o desenvolvimento intelectual do educando com deficiência. Para Albuquerque & Fialho (citando PRENSKY, 2009), os jogos educativos promovem a interação do jogador com o conteúdo de uma forma dinâmica, envolvente, multimídia e interativa. Alguns jogos podem ir além, explorando estratégias de aprendizagem e resolução de problemas complexos, além de familiarizar o estudante com a tecnologia.

Em relação aos softwares educativos mais utilizados aqui no laboratório estavam: Mimocas, Escola Maternal Primeiro Passos, TuxPaint, Gcompris, Fazenda Rived, Hq, Smartkids e Turma da Mônica. Ao questionar se existia alguma preferência por sua parte por um dos programas para trabalhar, a mesma respondeu que não. A Professora Telma explicou que os programas ofereciam recursos variados e que elas usavam de acordo com o objetivo que pretendiam alcançar. Citou alguns exemplos de atividades e conteúdos:

*É ai eu não sei se eles tem ainda, possa ser que eles tem, mais existe o site né, ai eu não sei se eles colocam tudo no site, ou se eles colocam ainda, eram muitos interessantes, tipo assim, tinha o cd da água então eram atividades só para a temática água, temática fogo, tudo sobre a temática fogo, temática ar, tudo sobre a temática ar, ai tinha um que era Brasil quinhentos anos, tinha vários cdzinhos, a gente tinha uns dez, a coleção era de dez, tínhamos esse, ai nós temos alguns que já adquirimos como alfabetização fônica, que usa mais nas salas de alfabetização, ai esse trabalha muito a questão dos sons, das letras, então a gente trabalha muito com os sons, como a gente já trabalha muito com a questão dos sons e de articulemas, trabalha com o método das boquinhas, é ai esse cd é ótimo porque na verdade, ele faz o som da letra, e não o nome da letra, então tem atividades nele mais direcionada pra esse lado, trabalho de formação de palavras, a formação de frases, é identificação de palavras, com determinado som, ai fora esse nós temos algum que a gente comprou, o de Portugal, o Mimocas, que a gente adquiriu através de uma pessoa que tava lá, e a gente pediu pra que ela adquirisse, era o Mimocas números e o Mimocas Linguagem, é tem um que a gente conseguiu trocando com uma professora do município é o TuxPaint, que ela passou pra gente, ai tem o pra educação infantil que é Escola Maternal Primeiros Passos são muitos bons mesmos, são pra iniciantes mesmo, com a aquisição do manuseio do mouse, do teclado, é mesmo pra começar, inclusive ele é indicado, o*

maternal, o Primeiro Passos Maternal é indicado pra faixa etária de 3 anos.”

### Fala da Professora Telma

Outra questão que foi esclarecida no decorrer das visitas, para observar e conversar, foram em relação a como o acervo de softs educacionais do Laboratório havia sido constituído:

*Alguns jogos a gente conseguiu comprando, outros a gente tinha muitos, só que com o tempo eles vão se danificando, a gente tinha muitos do SESI, que eles tinham doado, foi doação, só que assim, essas doações não sei como foram porque quando eu cheguei eles já existiam, mais tem aquelas revistinhas do Sesinho, ele também tem um CD-ROM e ai eles distribuem também, é eu não sei é que tá agora, sabe, a gente nunca mais entrou em contato pra saber, mais tinha uma coleção mesmo, grande.*

### Fala da Professora Cleonice

Em relação aos sites mais utilizados, a explicação também se deu por parte da Professora Cleonice, explicou: “A gente usa mais o site de busca, ai usa o de „Andréia “, geralmente tem umas indicações, o „Canal kids “, é o „Escola Games “, é muito bom também, tem muitos jogos interessantes, geralmente são grátis e assim os meninos gostam muito”. Nas figuras abaixo temos alguns exemplos dessas possibilidades de usos:

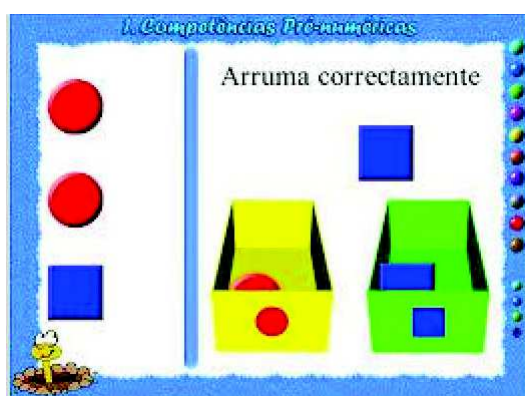


Figura 09: Atividade de matemática - Software Mimocas.



Figura 10: Página de Login do Facebook.



Figura 11: Programa TuxPaint.

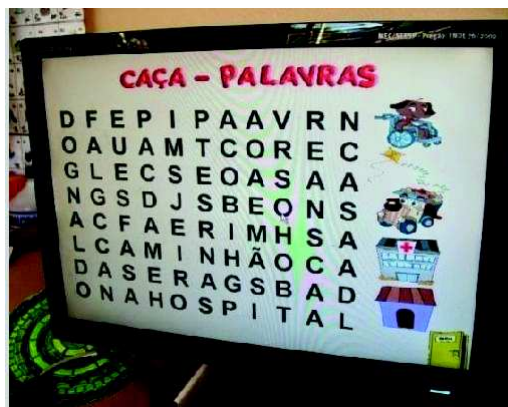


Figura 12: Software educacional do Caça-Palavras.



Figura 13: Página do Software Hq



Figura 14: Página do Software Turma da Mônica

Quando analisamos o uso que a APAE estava fazendo de suas aulas de informática fica melhor compreendida quando avaliamos a partir da visão de Angelita Marçal Flores (1996), afirma: que “[...] a Informática deve habilitar e dar oportunidade ao aluno de adquirir novos conhecimentos, facilitar o processo ensino/aprendizagem, enfim ser um complemento de conteúdos curriculares visando o desenvolvimento integral do indivíduo” (FLORES, 1996,

p. 46). E como muito bem definiu a Professora Telma, a Tecnologia Assistiva<sup>12</sup> é parte indispensável desse processo, pois sem “*todo o arsenal de recursos adaptados para da ao sujeito com deficiência autonomia a e independência*” fica muito difícil obter sucesso. Assim, a Tecnologia Assistiva vai possibilitar a adaptação e o acesso ao conhecimento.

Portanto, mais uma vez afirmar que na instituição observada o uso dos *software* educativos constituem o principal recurso utilizado no LI, bem enquadrados na concepção de Soffa & Alcântara (n.d.), quando afirmam que o -conjunto de recursos informáticos

<sup>12</sup> De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no seu Comitê de Ajudas Técnicas, afirma: -Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade

reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (BRASIL, 2013).



projetados com a intenção de serem usados em contexto de ensino e aprendizagem|| . E ainda na visão desses estudiosos, seria o *software* educativo [...] uma dessas ferramentas privilegiadas que podem integrar favoravelmente o projeto pedagógico da escola, ampliando a efetividade do processo ensino aprendizagem|| . É de suma importância o trabalho feito ao utilizar os softwares educacionais, eles se tornam uma ferramenta de ajuda para o desenvolvimento cognitivo dos deficientes intelectuais.

Gratificante constatar que no trabalho desenvolvido no LI da APAE - CG existe compromisso pedagógico (e social), evidente no grande esforço por parte das professoras em habilitar os educandos, objetivando, primordialmente, prepará-los para a -vida|| . Como dito por Falconi & Silva (n.d., p.08), —[...] conhecer as possibilidades e limitações da pessoa com deficiência mental para, com ela, captar os indícios, os sinais que nos dá sobre seu processo evolutivo e pelo qual ela se aproxima da resolução de suas dificuldades|| .

Disso tudo ficou um aprendizado: para o professor trabalhar com educandos/pessoas com deficiência intelectual as exigências redobra, pois será muito mais que um mediador do processo de aprendizagem, será um mediador para a vida. Ao observamos o cuidado demonstrados por cada uma das professoras, as manifestações de contentamento ao verificarem o -acerto|| , percebemos que cada para elas cada avanço, por menor que fosse, merecia comemoração por tornar seus educandos com deficiência intelectual cada vez mais próximo da possibilidade de interagir com o mundo lá fora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar o fechamento desse trabalho com uma afirmativa: após quase duas décadas a política educacional voltada para a educação das pessoas com deficiência continua acontecendo apenas a base do -faz-de-conta|| . As lacunas e ausências vão da falta de financiamento a falta de uma política de formação docente adequada, da falta de infraestrutura minimamente a falta dos recursos pedagógicos indispensáveis.

Se a escola -regular|| tem o dever (obrigação) de receber como igual o diferente, por que continua a recebê-lo da mesma maneira que os demais educandos?

Se não havia meios de tornar nossas escolas regulares verdadeiramente inclusivas por que adotar uma política de atenção à pessoa com deficiência que precarizou as instituições que desenvolviam atividades de formação e apoio pedagógico aos mesmos?

Uma das constatações mais significativas dessa pesquisa foi verificar o êxito do trabalho pedagógico desenvolvido na APAE - CG. Apesar de não contar com recursos públicos necessários ao seu pleno funcionamento, a instituição continua (-a duras penas|| , leia-se: sofridamente) mantendo suas portas abertas e investindo na formação de crianças, jovens e adultos com deficiências múltiplas e obtendo excelentes resultados no desenvolvimento dos mesmos.

A partir das leituras realizadas (bibliográfica e documental), da observação direta, das informações obtidas nas conversas com as professoras, aprendi que um amplo leque de fatores e aspectos precisam ser considerados para educar com o sucesso as pessoas com deficiência. Percebi que as dificuldades enfrentadas refletem um modelo de educação desigual, atrasado, ultrapassado e inadequado ao tempo de hoje, as possibilidades de educar do tempo de hoje. Para tanto, necessário se faz procurar meios de discutir a questão da inclusão e o uso da tecnologia é requisito imprescindível para o sucesso desse projeto de educar. E no caso dos educandos com deficiência a inserção da tecnologia no âmbito educacional é muito mais significativa a medida que representa acesso a recursos e estratégias facilitadoras da aprendizagem, contribuindo enormemente para a eficácia do processo.

A partir do conhecimento adquirido ao longo de desenvolvimento desse trabalho posso afirmar: o modelo de educação ofertado às pessoas com deficiência, da forma que vem sendo posta em prática não serve. A partir das condições atualmente dadas pela política educacional, a realidade nos mostra que ao invés de preparar e facilitar a vida dos educandos com



deficiência termina por oferecer mais obstáculos e desafios desnecessários. Podemos afirmar ainda, que a política governamental voltada para a Educação Especial da maneira que vem acontecendo é apenas de -faz-de-conta|| e que os subsídios oferecidos ainda continuam insuficientes para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Temos muitas leis, muitas teorias e pouca aplicabilidade, pouca prática, poucas realizações. Apenas refletir sobre as lacunas: na prática pedagógica, na escassez de material e recursos didáticos ou na falta de condições adequadas às escolas não basta. Os poderes públicos devem investir com responsabilidade na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, na preparação de profissionais aptos a trabalharem com os educandos com deficiência. E esta capacitação torna-se imprescindível, primordialmente em um sistema educacional que -inseriu|| os educandos com deficiência na escola regular.

A mesma lei que garante aos educandos com deficiência o direito de serem educados no sistema regular de ensino, também precisa garantir que este modelo funcione, verdadeira e efetivamente. Que nossos educandos -especiais|| recebam a atenção devida para que possam desenvolver suas habilidades de modo que estes passem a ser vistos com -outros olhos|| - bons olhos -, e que as -portas|| possam continuar abertas e outras -novas portas|| possam ser abertas aos mesmos.

Na verdade para que haja uma Educação Especial pedagogicamente eficaz necessário se faz, além de suprir todas as lacunas, investir em uma -educação planetária|| , um modelo de educação que incorpore as suas práticas as -inovações tecnológicas|| e os -recursos comunicacionais-informacionais|| como instrumentos didáticos facilitadores da aprendizagem e promotores de interação.

Para -fechar|| esta breve discussão diria que observando a APAE - CG podemos constatar que as respostas obtidas são pequenos anúncios de possibilidades e, considerando todas as limitações e lacunas, representam um grande feito pedagógico.

## REFERÊNCIAS

APAEs, Federação Nacional das. **Um Pouco da História do Movimento das Apaes**. Editado pela Federação Nacional das APAEs – 1997. Atualizado pela Federação Nacional das APAEs – 2006. Disponível em: <http://www.apaepr.org.br/artigo.phtml?a=77>. Capturado em 23 de junho 2014.

ALBERNAZ, Pedro Luiz Mangabeira. **Jean Itard**. Disponível em: <http://pedromangabeira.blogspot.com.br/2013/07/jean-itard.html>. Capturado em 10 de junho de 2014.

ALBUQUERQUE, Rafael Marques de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. **Concepção de jogos eletrônicos educativos: Proposta de processo baseado em dilemas**. VIII Brazilian Symposium on Games and Digital Entertainment. Rio de Janeiro, RJ – Brazil, October. 2009. Disponível em: <http://www.sbgames.org/papers/sbgames09/artanddesign/60398.pdf>. Capturado 28 de abril de 2015.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da educação especial**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 1995, vol.02, n.03, pp. 07-19. ISSN 1413-6538. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v02n03/v02n03a02.pdf>. Capturado em 10 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67) ISBN 978-85-736-5934-4. Disponível em: [file:///C:/Users/HD/Downloads/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf](file:///C:/Users/HD/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf). Capturado em 18 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial**. – Brasília : MEC /SEF/SEESP, 1998. p.62. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/pcn-esp.pdf>. Capturado em 20 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>. Capturado em 22 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada** / Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital \_ Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/HD/Downloads/A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20Comentada%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HD/Downloads/A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20Comentada%20(1).pdf). Capturado em 23 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Orientações gerais e marcos legais / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . – 2. ed . – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 343 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Capturado em 21 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm). Capturado em 21 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Capturado em 24 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010.** Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf). Capturado em 20 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.** Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [http://www.abiee.org.br/doc/Resolu%E7%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3O%20ESPECIAL%20rceb004\\_09.pdf](http://www.abiee.org.br/doc/Resolu%E7%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3O%20ESPECIAL%20rceb004_09.pdf). Capturado em 25 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº -7.611, de 17 de novembro de 2011.** Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7617.htm). Capturado em 12 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **O Novo Plano Nacional de Educação (PNE/ 2011 - 2020).** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192). Capturado em 10 janeiro de 2016.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de; MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. **Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR:** sistema 2002. Temas em Psicologia da SBP—2003, Vol. 11, no 2, 147– 156. ISSN 1413-389X. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v11n2/v11n2a08.pdf>. Capturado em 15 de maio de 2013.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Estratégias de Trabalho para alunos com deficiência intelectual AEE.** Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/estrategias-pedagogicas-para-alunos-com-di.html>. Capturado em 20 de maio de 2016.

FERREIRA, Andreia de Assis. **O Computador no Processo de Ensino-Aprendizagem:** da Resistência a Sedução. Trabalho & Educação – vol.17, nº 2 – Maio / ago 2008. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/330/299>. Capturado em janeiro de 2016.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência. Florianópolis. Obra jurídica: 2007. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php). Capturado em 21 de março de 2015.

HENRIQUES, Rosângela Maria. **O Currículo Adaptado na Inclusão do Deficiente Intelectual,** 2012. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_rosangela\\_maria\\_henriques.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosangela_maria_henriques.pdf). Capturado em 25 de fevereiro de 2016.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/Hist%C3%B3ria%20do>

[%20Movimento%20Pol%C3%ADtico%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%AAncia%20no%20Brasil.pdf](#). Capturado em 01 de julho de 2014.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Trabalho Didático na Educação de Alunos com Deficiência Mental** - As Experiências Modelares de Montessori e Descoedres. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas — História, Sociedade e Educação no Brasil. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.42.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.42.pdf). Capturado em 17 de abril de 2014.

MACHADO, Fernando Soares; NAZARI, Juliano. **Aspectos Históricos das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional: rumo a uma perspectiva inclusiva**. Lentes Pedagógicas. Uberlândia, v. 2 n. 1. Universidade Católica. 2012. ISSN 2236--9390. Disponível em: [revista.catolicaonline.com.br:81/revistadigital/index.php/lentespedagogicas/.../397](http://revista.catolicaonline.com.br:81/revistadigital/index.php/lentespedagogicas/.../397). Capturado em 20 de dezembro de 2014.

MAFRA, Sônia Regina Corrêa. **O Lúdico e o Desenvolvimento da Criança Deficiente Intelectual**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>. Capturado em 27 de março de 2016.

MARÇAL FLORES, Angelita. **A Informática na Educação: uma perspectiva pedagógica**. monografia: Universidade do Sul de Santa Catarina, 1996. Disponível em <http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/aprender/docs/monogr.htm>.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>. Capturado em 30 de abril de 2015.

MENEZES, Maria Regina. **Atendimento Educacional Especializado**. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/atendimento-educacional-especializado-55c43c5b4de16.html>. Capturado em 18 de janeiro de 2016.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, Deficiência e Educação Especial**. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf). Capturado em 22 de março de 2015.

MOITA, Filomena M<sup>a</sup> G. da Silva C. & PEREIRA, M<sup>a</sup> Zuleide da C. **Educação, tecnologia e educação: os jogos eletrônicos as implicações curriculares**. In: Jogos Eletrônicos: construindo novas trilhas. MOITA, Filomena M<sup>a</sup> G. da Silva C. et AL (Orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2007. p. 83-104.

NEPOMUCENO, Cristiane Maria. Nepomuceno; SANTOS, Ionath Iamara Silva; LIMA, Joselma de L. da Silva. **A Tecnologia Facilitando a Inclusão: novas estratégias de ensino/aprendizagem para Educandos com deficiência**. II colóquio brasileiro educação na sociedade contemporânea, 2010, campina grande. Anais II colóquio brasileiro educação na sociedade contemporânea. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula; FERREIRA, Julio Romero. **DEFICIÊNCIA MENTAL: o que as pesquisas brasileiras têm revelado**. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/887/794>. Capturado em 13 de abril de 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em :<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Capturado em: 19 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Yanko Gitahy. **Jogos Eletrônicos como Ferramenta de Ensino Trabalho final da disciplina Informática Aplicada ao Ensino**. Trabalho final da disciplina Informática Aplicada ao Ensino. Universidade do Brasil, 2010. Disponível em: [http://devoidgames.com/blog/downloads/Jogos Eletronicos como Ferramenta de ensino\(devoidgames.com\).pdf](http://devoidgames.com/blog/downloads/Jogos_Eletronicos_como_Ferramenta_de_ensino(devoidgames.com).pdf). Capturado em 17 de dezembro de 2015.

PARAIBA, Secretaria de Educação da. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Governo do Estado da Paraíba**. 2012. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/12/Diretrizes-Operacionais-SEE-PB-2015.pdf>. Capturado em 21 de janeiro de 2016.

PEQUENO, Robson; PEREIRA, Lígia. **Tecnologias Digitais na Educação**. PEQUENO, Robson et al (Orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2011.

RAFANTE, HeulaliaCharalo. **Formação dos profissionais para a educação dos excepcionais brasileiros (1930-1960)**. XII Encontro Cearense de História da Educação ECHE e II Encontro Nacional do Núcleo História e Memória da Educação ? ENHIME, 2013, Fortaleza. 50 anos de Educação: história, memória e formação docente, 2013. v. 1. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/6/artigo\\_simposio\\_6\\_894\\_heulaliarafante@yahoo.com.br.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/6/artigo_simposio_6_894_heulaliarafante@yahoo.com.br.pdf). Capturado em 11 de janeiro de 2015.

RÊGO, Karla Karina Abrantes. **O Facebook e a inclusão de deficientes intelectuais [manuscrito]: uma experiência na APAE de Campina Grande**. Defesa: 25 de junho de 2013. 52fls. Monografia. Especialização Novas Tecnologias na Educação. Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2567/1/PDF%20-%20Karla%20Karina%20Abrantes%20R%20C%20A%20Ago.pdf>. Capturado em 12 de março de 2015.

RIZZINI Irene; MENEZES, Cristiane Diniz de. **Crianças e adolescentes com deficiência mental no Brasil: um panorama da literatura e dos dados demográficos**. Rio de Janeiro: CIESPI: PUC-Rio, 2010. P.13 - 16. ISBN: 978-85-60079-08-7. Disponível em: [www.ciespi.org.br/publicacoes/livros-e-periodicos?task=download&file=livro](http://www.ciespi.org.br/publicacoes/livros-e-periodicos?task=download&file=livro). Capturado em 18 de julho de 2015.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MARANHE, Elisandra André. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental. CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf>. Capturado em 20 de agosto de 2015.

ROSADO, Rosa Maria Borges de Queiroz. In: **Um breve olhar sócio-histórico sobre a educação especial no Brasil no período de 1854 a 1996**. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.10/09\\_Rosa%20Maria%20Borges%20de%20Queiroz%20Rosado.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.10/09_Rosa%20Maria%20Borges%20de%20Queiroz%20Rosado.pdf). Capturado em 22 de julho de 2015.

SANTOS, Anita Leocádia Pereira dos; MOITA, Filomena M<sup>a</sup> Gonçalves da Silva Cordeiro. **Os jogos como contextos curriculares: um estudo das construções de gênero no -The SIMS|| .Tecnologias digitais na educação/ SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomenada M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Organizadores). -Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf>. Capturado em: 23 de janeiro de 2016.**

SILVEIRA, Livia Vares da; DRAGO, Rogério. **A Educação da Criança com Deficiência:** da Segregação às Propostas Inclusivas. Revista FACEVV | Vila Velha | Número 4 | Jan./Jun. 2010 | p. 82-89. Disponível em: <http://facevv.cneec.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/10/A-EDUCA%C3%87%C3%83O-DA-CRIAN%C3%87A-COM-DEFICI%C3%8ANCIA-DA-SEGREGA%C3%87%C3%83O-%C3%80S-PROPOSTAS-INCLUSIVAS.pdf>. Capturado em 14 de agosto de 2015.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. **Letramento em Jovens e Adultos com Deficiência Mental.** Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora. Linha de Pesquisa: Educação Especial. São Paulo, 2006. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../TeseElsaMidoriShimazaki.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../TeseElsaMidoriShimazaki.pdf). Capturado em 24 de maio de 2014.

SOFFA, Marilice Mugnaini; ALCÂNTARA, Paulo Roberto de Carvalho. **O uso do software educativo:** reflexões da prática docente na sala informatizada. Disponível em: <http://docplayer.com.br/5278859-O-uso-do-software-educativo-reflexoes-da-pratica-docente-na-sala-informatizada.html>. Capturado em 20 maio de 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Capturado em 20 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, 1994. Disponível em: [http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com\\_docstation/19/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf). Capturado em 25 de dezembro de 2015.

WALBER Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência:** integração ou inclusão? Estudos de Psicologia - Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>. Capturado em 16 de junho de 2015.

# APÊNDICES



## **APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA APAE-CG**

---

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA (Aberta)**

**REGISTRAR: LOCAL, DIA, HORA E DATA**

### **DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS**

- a) Nome
- b) Formação inicial
- c) Formação continuada
- d) Instituição que trabalha
- e) Tempo de serviço
- f) Tempo de experiência na área que está atuando
- g) Atividades que desenvolve
- h) Turmas que leciona
- i) Carga horária de trabalho

### **SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O USO DA TECNOLOGIA**

Atentar para as respostas que permitirão a elaboração de outras perguntas, surgidas a partir das respostas dadas.

- j) Função e quais os níveis que atua e que tipo de trabalho realiza.
- k) Falar sobre a forma como seu trabalho está organizado (rotina, e atividades e práticas).
- l) A instituição tem projeto pedagógico.
- m) Qual o tipo de atendimento/apoio pedagógico é prestado.
- n) Como você trabalha com seus alunos (uso de internet, ferramenta, recursos etc.).
- o) Quais os programas (softwares) mais utilizados e como funciona(m)?
- p) Os equipamentos utilizados no laboratório são adaptados?
- q) Existe, por exemplo, equipamentos que fossem mais funcionais que facilitassem o processo de ensino-aprendizagem?
- r) Quais os ganhos profissionais que a tecnologia possibilitou ao usuário com deficiência intelectual?
- s) Na sua opinião as tecnologias elas facilitam a vida do professor que trabalha com educandos com deficiência?
- t) Algo mais que queira nos falar, que você ache interessante ou importante para as pessoas (profissionais) que estão trabalhando com essa proposta de uso da tecnologia como recurso auxiliar para educandos com deficiência.

Agradecer.



## APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE DADOS ENTREVISTA

---

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Oliveria Maria de Lima Oliveira no CPF sob o nº 008.250.064-90  
Pedagoga da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE  
CAMPINA GRANDE – APAE, situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro nº525,  
Catolé em Campina grande/PB. Autorizo Joselma de Lourdes da Silva Lima,  
matricula 081210221, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 30 de agosto de  
2011 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“As  
diferentes formas de aprender: o uso dos jogos eletrônicos facilitando o  
processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência  
intelectual”**, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Campina Grande, maio de 2012.

## APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE DADOS ENTREVISTA

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Cristiane Maria de Lima Oliveira, no CPF sob o nº 008.250.064-90  
Pedagoga da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE  
CAMPINA GRANDE – APAE, situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro nº525,  
Catolé em Campina grande/PB. Autorizo Joselma de Lourdes da Silva Lima,  
matricula 081210221, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 13 de maio de 2011  
no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“As  
diferentes formas de aprender: o uso dos jogos eletrônicos facilitando o  
processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência  
intelectual”**, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Campina Grande, maio de 2012.

## APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE DADOS ENTREVISTA

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Cristiane Maria de Lima Oliveira, no CPF sob o nº 008.250.064-90

Pedagoga da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE – APAE, situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro nº525, Catolé em Campina grande/PB. Autorizo Joselma de Lourdes da Silva Lima, matricula 081210221, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 23 de maio de 2012 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“As diferentes formas de aprender: o uso dos jogos eletrônicos facilitando o processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência intelectual”**, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Campina Grande, maio de 2012.

## APÊNDICE E - TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE DADOS ENTREVISTA

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Joselma Maria da S. Costa, no CPF sob o nº 036.731.519 - 95.

Pedagoga da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE – APAE, situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro nº525, Catolé em Campina grande/PB. Autorizo Joselma de Lourdes da Silva Lima, matrícula 081210221, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 15 de maio de 2012 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“As diferentes formas de aprender: o uso dos jogos eletrônicos facilitando o processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência intelectual”**, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Campina Grande, 15 de maio de 2012.

## APÊNDICE F - TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE DADOS ENTREVISTA

---

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Rossana S.P. Carvalho, no CPF sob o nº 591 205 504-30

Coordenadora Pedagógica da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE – APAE, situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro nº525, Catolé em Campina grande/PB. Autorizo Joselma de Lourdes da Silva Lima, matrícula 081210221, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“As diferentes formas de aprender: o uso dos jogos eletrônicos facilitando o processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência intelectual”**, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Campina Grande, 15 de maio de 2012.